



Ana Catarina Martins Sousa

## **A harmonização das decisões relativas à criança e ao jovem**

Relatório de Estágio Curricular: Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa- Juízo  
de Família e Menores do Barreiro

Relatório de Estágio com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito Forense e Arbitragem

Orientadora:

Professora Doutora Ana Rita Gil, Professora Auxiliar Convidada da Faculdade  
de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Orientador de Estágio:

Dr. António José Fialho, Juiz de Direito

**Março de 2019**



## **Agradecimentos**

Começo por deixar um sincero agradecimento à Professora Doutora Ana Rita Gil cuja disponibilidade e espírito crítico foram sempre uma constante. Grata pelo seu contributo, sobretudo pelas preciosas orientações.

Ao Dr. António José Fialho, um profundo agradecimento, que com a sua grande experiência profissional contribuiu para a elaboração deste relatório. Obrigada por toda a disponibilidade demonstrada, incentivo e aconselhamento durante o decorrer do estágio e mesmo depois deste. Agradeço a excelente experiência que me proporcionou e a oportunidade de poder aprender consigo. Este agradecimento estende-se aos restantes magistrados judiciais e do MP do Tribunal do Barreiro e aos funcionários judiciais que compõem o juízo de família e menores, que me acolheram durante o decorrer do estágio e que contribuíram profundamente para a minha aprendizagem, agradeço a amizade e carinho com que me honraram.

Obrigada aos meus amigos de sempre e aos que surgiram mais recentemente, pelo incentivo, apoio e amizade.

Ao André, um sincero agradecimento, pela motivação permanente, paciência e compreensão.

Por fim, resta-me agradecer à minha família, em especial aos meus pais, sem o vosso esforço, carinho, conselhos e motivação, nada disto era possível, obrigada por tudo.

## **Declaração de Compromisso Anti Plágio**

Ao abrigo do artigo 20º-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro que o trabalho anexo é resultado da investigação que realizei e que a utilização de contribuições está devidamente referenciada.

Lisboa, 15 de março de 2019

Ana Catarina Martins Sousa

### **Declaração de caracteres**

Declaro que o corpo desta dissertação, incluindo espaços e notas de rodapé, ocupa um total de 164. 909 caracteres.

## **Convenção de Leitura**

As referências bibliográficas ao longo da presente dissertação serão feitas através da menção do nome e apelido do autor, Título da obra, Edição, Local de publicação, Editora, ano de publicação e página(s). Depois, sempre que voltarmos a citar o mesmo autor, utilizamos apenas o autor, o título da obra e página(s). Utilizamos “Ibid” caso se esteja a repetir uma referência mencionada na nota rodapé anterior, e a página.

As monografias e obras coletivas estão escritas a itálico, seguidas da indicação da respetiva editora e data de edição.

As contribuições em obras coletivas ou artigos de revistas estão escritos em letra normal, entre aspas altas, seguidos de indicação, em itálico, no caso de título da obra ou em letra normal, caso seja uma revista, e de referência às páginas da respetiva contribuição.

Na lista de jurisprudência, identifica-se o sítio na internet ou publicação onde as decisões referidas podem ser consultadas. Em geral, as mesmas são identificadas por referência à data, nome do processo e relator.

A Bibliografia final conterá o apelido, nome do autor, Título da obra, Edição, Local de publicação, Editora, ano de publicação. No caso de artigos científicos, indicamos o apelido, nome do autor, Título da revista científica, número, ano de publicação.

Para os documentos eletrónicos, referimos ainda a disponibilidade e acesso ao documento, bem como a data em que este foi consultado.

Seguimos o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 29 de julho.

## **Lista de Abreviaturas**

Ac.- Acórdão

ATE- Audição Técnica Especializada

CC- Código Civil

CDC- Convenção sobre os Direitos da Criança

CEDH- Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Cfr. - Conforme

CP- Código Penal

CPC- Código Processo Civil

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPP- Código Processo Penal

CRFB-Constituição da República Federativa do Brasil

CRP- Constituição da República Portuguesa

DGRSP- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EMAT- Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal

LOPJM- Ley Orgánica de Protección Jurídica del Menor

LORPM- Ley Orgánica Reguladora de la Responsabilidad Penal de los Menores

LOSJ- Lei da Organização do Sistema Judiciário

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE- Lei Tutelar Educativa

MP- Ministério Público

n.º/s- número/s

ONGs- Organizações Não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

OPC- Órgãos de Polícia Criminal

OTM- Organização Tutelar de Menores

Pág./s- Página/s

PPP- Processo Promoção e Proteção

PTC- Processo Tutelar Cível

PTE- Processo Tutelar Educativo

RGPTC- Regime Geral do Processo Tutelar Cível

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TEDH- Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

UE- União Europeia



## **Resumo**

A crescente cultura de proteção da criança e jovem e impulsionadora de uma justiça “amiga” da criança ou jovem, tem conduzido à alteração de leis e à introdução de novas dinâmicas de atuação dos Tribunais.

Na base desta preocupação esteve a necessidade de assegurar o respeito pelo superior interesse da criança ou jovem, que exigiu a necessidade de delimitar as situações em que a criança ou jovem se encontra em perigo, daquelas em que está perante uma situação de dissolução familiar ou daquelas em que é agente de factos qualificados pela lei penal como crime.

Embora tenham finalidades distintas, estas situações têm pontos de contato entre si, acabando por vezes por ser complementares. Daqui resulta que uma separação das mesmas não é estanque, tendo o legislador procurado manter alguma ligação entre o Processo de Promoção e Proteção (PPP), Processo Tutelar Educativo (PTE), Processo Tutelar Cível (PTC), através da utilização de diversos mecanismos processuais.

Ora, para se atingir isso mesmo, é necessária uma articulação entre as entidades competentes em cada um dos processos e das medidas aplicadas, quer sejam definitivas ou provisórias.

Perante esta necessidade de harmonização e compatibilização de medidas e de atuações, é fundamental a consciencialização para a sua aplicação prática, dado que só através de uma atuação multidisciplinar, indispensável para a adequada execução das medidas, será possível atingir uma visão global da situação concreta da criança ou jovem e, assim, atuar de acordo com o seu superior interesse.

Entende-se que só através de uma correta harmonização do sistema de justiça juvenil e das decisões desta resultantes se conseguirá atingir o pretendido pelo Conselho da Europa com a criação de um sistema de justiça “amiga das crianças” e ao mesmo tempo tornar o sistema mais eficaz e adequado para as situações que envolvam crianças e jovens, evitando delongas processuais e decisões contraditórias,

prejudiciais para o seu superior interesse e contrárias aos fins visados pelas leis juvenis.

**Palavras-Chave:** Justiça “amiga” da criança; Superior Interesse da Criança ou Jovem; Harmonização; Conjugação; Medidas; Apensação; Comunicações; Competência; LPCJP; LTE; RGPTC.

## **Abstract**

The growing protection culture of children and Youngsters and boosting a "child - friendly Justice" has led to the change of laws and the introduction of new dynamics of action of the courts.

On the basis of this concern is the need to ensure respect for the superior interest of the child or young person, who demanded the need to delimit the situations in which the child or young person is in danger, those in which he is facing a situation of dissolution or those in which he is an agent of facts qualified by criminal law as a crime.

Although they have different purposes, these situations have points of contact among themselves, sometimes ending up being complementary. It follows that a separation of them is not tight, and the legislator sought to maintain some link between PPP, PTE, PTC, through the use of various procedural mechanisms.

In order to achieve this, it is necessary to establish a link between the competent authorities in each of the processes and the measures implemented, whether definitive or provisional.

In view of this need for harmonisation and compatibility of measures and actions, it is essential to raise awareness of its practical application, since only through a multidisciplinary approach, indispensable for the proper implementation of the measures, will be possible to achieve an overall view of the actual situation of the child or young person and thus act in accordance with his/her superior interest.

It is understood that only by means of a correct harmonisation of the juvenile justice system and its decisions will it be achieved by the Council of Europe with the creation of a "child-friendly" justice system and at the same time making the system More effective and appropriate for situations involving children and young people, avoiding procedural and contradictory decisions, detrimental to their superior interest and contrary to the purposes pursued by juvenile laws.

**Keywords:** Child “Friendly” Justice; Higher interest of the child or young; Harmonisation Conjugation; Measures; Joinder; Communications; Competence; LPCJP; LTE; RGPTC.

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1. Estágio Curricular no Juízo de Família e Menores do Barreiro.....</b>	<b>2</b>
1.1 Tarefas Realizadas .....	2
1.2 Escolha do Tema .....	4
<b>2. A necessidade de uma justiça “amiga” para as crianças e jovens e enquadramento temático .....</b>	<b>6</b>
2.1 Justiça “amiga” para as crianças e jovens .....	6
2.2 Enquadramento Temático.....	8
2.2.1 Instrumentos internacionais .....	8
2.2.2 Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo .....	10
2.2.3 Lei Tutelar Educativa .....	12
2.2.4 Regime Geral do Processo Tutelar Cível .....	13
<b>3. Mecanismos processuais de articulação.....</b>	<b>17</b>
3.1 Entidades relevantes .....	17
3.2 Comunicações.....	24
3.3 Normas de Articulação .....	30
3.4 Apensação e Conexão.....	31
3.5. Competência Territorial e Competência por Conexão .....	41
<b>4. Análise comparativa dos mecanismos processuais de articulação .....</b>	<b>46</b>

4.1 Enquadramento da questão .....	46
4.2 Brasil .....	47
4.3 Espanha .....	51
4.4 Grelha Comparativa .....	54
<b>5. Harmonização e Compatibilização entre medidas .....</b>	<b>59</b>
5.1 A importância da harmonização .....	59
5.2 Harmonização do Processo Tutelar Educativo e Processo Promoção e Proteção .....	60
5.3 Harmonização do Processo Tutelar Educativo e Processo Tutelar Cível..... .....	71
5.4 Harmonização do Processo Promoção e Proteção e Processo Tutelar Cível .....	72
5.5 O papel do técnico gestor do processo.....	74
5.6 Secretarias judiciais.....	75
<b>Conclusão .....</b>	<b>77</b>
<b>Referências .....</b>	<b>87</b>

## **Introdução**

Ao longo das últimas décadas, tem vindo a surgir uma cultura de implementação da justiça adaptada às crianças, justificada pela proteção dos seus direitos. Este novo ideal levou a que fosse necessário distinguir entre criança em perigo e criança delinquente, motivada pela intervenção distinta em cada uma das situações concretas.

Com as alterações legislativas de 1999 surgiram a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e a Lei Tutelar Educativa (LTE), levando a uma revogação parcial das normas da Organização Tutelar de Menores (OTM). Este diploma acabou por ser substituído, em 2015, pelo Regime Geral do Processo Tutelar Cível (RGPTC) que manteve as suas linhas gerais.

As finalidades da LPCJP, LTE e RGPTC, embora distintas, complementam-se entre si, tendo como princípio fundamental assegurar o superior interesse da criança ou do jovem. Dada a sua relação de complementaridade, o legislador veio estabelecer diversos sistemas de articulação entre os três processos, com o objetivo de garantir um adequado sistema de harmonização, com vista a evitar decisões discordantes ou conflituantes. A articulação processual assenta em dois pilares: as comunicações obrigatórias e a apensação processual. O Ministério Público (MP) desempenha um papel fulcral para o funcionamento deste sistema.

No primeiro capítulo, serão expostas as atividades desenvolvidas no decurso do estágio no Juízo de Família e Menores do Barreiro e a explicação do tema.

No segundo capítulo procurar-se-á apresentar uma noção de justiça “amiga” das crianças e jovens e a influência desta nas leis relativas às crianças e jovens. Explicitar-se-ão os elementos caracterizadores e distintivos da LPCJP, LTE e RGPTC.

No terceiro capítulo, analisar-se-ão os mecanismos processuais de articulação dos três processos, enunciando as regras de apensação, conexão, competência e as questões práticas levantadas aquando da sua aplicação.

Em seguida, efetuar-se-á uma análise comparativa com os regimes aplicáveis no ordenamento Brasileiro e Espanhol, pretendendo-se com esta análise demonstrar quais os mecanismos processuais coincidentes e distintos nos três ordenamentos.

Por fim, abordar-se-á o modo de harmonização e compatibilização entre medidas, através de exemplos práticos e dos mecanismos estabelecidos na lei. Neste capítulo tentaremos demonstrar quais as intervenções mais adequadas em função da situação concreta.

## **1. Estágio Curricular no Juízo de Família e Menores do Barreiro**

Estágio realizado no Juízo de Família e Menores do Barreiro entre os dias 17 de setembro de 2018 e 31 de janeiro de 2019, sob orientação do Dr. António José Fialho, ao abrigo do Protocolo entre a FDUNL e a Comarca de Lisboa.

### **1.1 Tarefas Realizadas**

O estágio torna-se uma mais valia na elaboração deste relatório. Neste âmbito, o aluno através de uma vertente mais prática, pode aprofundar os conhecimentos já adquiridos e ao mesmo tempo adquirir novos, através de um ambiente distinto da vida universitária e rodeado por profissionais do Direito com grande experiência. Esta partilha de conhecimento com profissionais da área, permite-nos uma melhor compreensão das questões jurídicas que surgem na prática, permitindo-nos alcançar uma visão mais ampla do tema em estudo.

Os artigos 122.º a 124.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário (LOSJ) estabelecem a competência dos Juízos de Família e Menores, onde têm competência relativa ao estado civil das pessoas e família, competência relativa ao estado civil da pessoas e família, competência relativa a filhos menores e maiores e competência em matéria tutelar educativa e de proteção. O trabalho desenvolvido no estágio incidiu no acompanhamento de diligências no âmbito do PTC (conferências de interessados



e julgamentos ou audiências finais de regulação das responsabilidades parentais, alteração, incumprimento, fixação de alimentos, inibição das responsabilidades parentais, averiguação oficiosa da maternidade ou paternidade).

Relativamente ao estado civil das pessoas e família, assisti a tentativas de conciliação no processo de divórcio, convolação em divórcio por mútuo consentimento, julgamento ou audiência final no âmbito do processo de divórcio sem consentimento do outro cônjuge.

No PPP, presenciei a audição obrigatória da criança ou jovem e dos seus progenitores ou representante legal, audição de técnicos que conheçam a situação da criança, conferências com vista à obtenção do acordo de promoção e proteção (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea), debate judicial dada a manifesta falta de adesão dos progenitores para um eventual acordo de promoção e proteção e revisões de medida, prorrogação da medida de acolhimento residencial a pedido do jovem.

No PTE, assisti, no decorrer da fase de inquérito às seguintes diligências: primeiro interrogatório do jovem, aplicação de medida cautelar de guarda em centro educativo. Na fase jurisdicional: comprovação dos factos, avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar, audiência prévia para aplicação da medida tutelar (onde assisti à aplicação das medidas acompanhamento educativo, admoestação, reparação ao ofendido, imposição de obrigações, frequência de programas formativos).

Assisti ainda a diligências de audição da criança no âmbito do processo de regulação das responsabilidades parentais, do processo de inibição das responsabilidades parentais e do PPP.

Após as diligências eram discutidos os temas colocados e a prova produzida, onde tive oportunidade de colocar questões relacionadas com os atos praticados e o seu prosseguimento.

Realizei também a consulta dos processos distribuídos, o acompanhamento dos atos processuais praticados pela secretaria e pela unidade central e o seu processamento. Consultei processos em arquivo relacionados com o tema em estudo. Tive ainda a oportunidade de realizar exercitações sobre algumas decisões judiciais relacionadas com os processos consultados.

Tive a oportunidade de participar nas Jornadas de psiquiatria e saúde mental com o tema “Os afetos nas suas dimensões” e no Encontro de Direito Sistémico-Constelações Familiares.

De uma forma geral, avalio o estágio no juízo de Família e Menores do Barreiro de uma forma bastante positiva e enriquecedora. Foi uma experiência que me possibilitou o conhecimento do trabalho realizado pelos Magistrados Judiciais e Magistrados do MP na área de família e menores e o importantíssimo trabalho realizado pela secretaria judicial.

## **1.2 Escolha do Tema**

No âmbito do Mestrado em Direito Forense e Arbitragem decidi, desde logo, que queria aprofundar um tema relacionado com o Direito da Família e das Crianças.

Assim, optei por realizar o estágio curricular no Juízo de Família e Menores do Barreiro, onde tive a oportunidade de contactar diariamente com diversas temáticas relativas às crianças e jovens e suas famílias.

Através deste contacto e da experiência partilhada por magistrados judiciais e do MP, deparei-me com um fator comum em diversos processos: a existência de um processo anterior relativo à mesma criança ou jovem. Por esta razão, entendi que deveria analisar como é que deveria ocorrer a atuação do Tribunal perante estas situações. A simultaneidade de processos e, por conseguinte, de medidas aplicadas, levou-me a tentar perceber quais os mecanismos constantes na LPCJP, LTE e RGPTC

destinados a solucionar a simultaneidade de medidas aplicadas, muitas das vezes incompatíveis entre si.

Como é sabido, o legislador tentou manter alguma ligação entre os três processos em análise (PPP, PTE, PTC), criando algumas soluções para a harmonização das medidas neles aplicadas. Embora tenha sido este o seu objetivo, ainda não é totalmente visível um sistema de justiça verdadeiramente articulado em prol do superior interesse da criança ou jovem. Posto isto, e perante a grande necessidade de consciencialização para esta temática, estava escolhido o objeto de estudo.

## **2. A necessidade de uma justiça “amiga” para as crianças e jovens e enquadramento temático**

### **2.1 Justiça “amiga” para as crianças e jovens**

Para uma melhor compreensão da justiça juvenil no ordenamento jurídico Português importa analisar a evolução da representação do “menor culpado” e do “menor vítima” para a realidade da justiça “amiga” das crianças e jovens, que caracteriza a atual intervenção judicial.

O conceito de Justiça “amiga” das crianças e jovens generalizou-se através da atividade do Conselho da Europa. Esta necessidade surgiu na sequência de algumas decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) que condenaram alguns Estados-Parte da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) por violação do direito a um processo equitativo quando estavam em causa crianças<sup>1</sup>. Na sequência destas violações do direito ao processo equitativo, os órgãos do Conselho da Europa iniciaram várias iniciativas com vista a regular o envolvimento das crianças em processos judiciais<sup>2</sup>. Estas iniciativas traduziram-se em várias recomendações, e, em 17 de novembro de 2010 foram aprovadas as Diretrizes sobre a justiça adaptada às crianças adotadas pela Comité de Ministros do Conselho da Europa.

Neste âmbito, o Estado Português reforçou o compromisso de assegurar que a execução de todas as medidas judiciais envolvendo crianças e jovens são cumpridas na perspetiva de efetivação dos Direitos da criança. Esta é uma linha de orientação que traz as crianças para o centro da ação judiciária, tanto no que diz respeito às possibilidades de acesso ao sistema como ao tratamento adequado<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Ana Rita Gil, “Child Friendly Justice- Orientações Europeias para uma mudança de paradigma”, Revista LusoBrasileira de Alienação Parental, n.º 10, 2017, pág.248.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Maria João Leote de Carvalho, “Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do “menor” à “justiça amiga das crianças”, Configurações, n.º 20, 2017, pág.25.

Neste sentido, a União Europeia (UE) no seguimento de um estudo sobre o tratamento de crianças nos sistemas processuais, emanou duas novas diretivas<sup>4</sup>. Estas diretivas visam estabelecer normas mínimas relativas ao envolvimento das crianças em processos judiciais.

No direito da UE é entendido que o sistema de “justiça amiga das crianças” implica um processo que as crianças e jovens compreendam e neles sejam compreendidos<sup>5</sup>.

A justiça “amiga” trouxe uma nova realidade ao sistema judicial, através da qual o processo relativo a uma criança ou jovem deverá ser articulado com os demais intervenientes externos, tendo por meta a promoção de uma visão global da criança ou jovem que implica métodos de trabalho multidisciplinares concentrados, suporte imprescindível para a execução eficaz das medidas a aplicar<sup>6</sup>. A necessidade de uma abordagem multidisciplinar dos processos relativos à mesma criança ou jovem, e, por conseguinte, a sua articulação, é na nossa opinião, uma das consequências de um sistema de justiça “amiga” das crianças e jovens.

Em Portugal, desde 1999, começou a ser visível a abordagem das crianças ou jovens como sujeitos processuais. A LPCJP e a LTE foram adotadas na sequência das recomendações feitas pelo Comité dos Direitos da Criança a propósito do II relatório periódico português referente à aplicação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC)<sup>7</sup>.

Mais recentemente, em 2015, o RGPTC foi implementado tendo sempre por respeito a visão da justiça “amiga” das crianças ou jovens.

---

<sup>4</sup> Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade, e Diretiva 2016/800/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal

<sup>5</sup> Neste sentido, considerando 21 da Diretiva 2012/29/UE.

<sup>6</sup> Maria João Leote de Carvalho, “Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do “menor” à “justiça amiga das crianças”, pág.25.

<sup>7</sup> Ana Rita Gil, “Child Friendly Justice- Orientações Europeias para uma mudança de paradigma”, Revista LusoBrasileira de Alienação Parental, pág.256.

Deste modo, com estas três leis, já foram dados alguns passos com vista a respeitar a abordagem das crianças ou jovens como sujeitos processuais, dotados de direitos e deveres, no âmbito de processos que compreendem e ondem podem ser compreendidos<sup>8</sup>.

## **2.2 Enquadramento Temático**

A nível internacional foram produzidos conjuntos de textos que preconizam um modelo de intervenção baseado na doutrina da proteção integral, aplicável a todas as crianças e jovens, que são vistas como titulares de direitos universalmente reconhecidos<sup>9</sup>.

### **2.2.1 Instrumentos internacionais**

A necessidade de articulação entre as intervenções protetiva, tutelar educativa e tutelar cível decorre de vários instrumentos internacionais, designadamente<sup>10</sup>:

- i) As regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), adotadas pela Resolução 40/33 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 29 de novembro de 1985;
- ii) Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, conhecidos por Princípios de Riade, pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução n.º 45/112, de 14 de dezembro de 1990;

---

<sup>8</sup> Ibid, pág.257.

<sup>9</sup> Helena Susano, “A Dinâmica do processo na Lei Tutelar Educativa- Contributo para a resolução de questões jurisprudenciais suscitadas na sua aplicação”, Revista Julgar n.º11,2010, pág.110.

<sup>10</sup> António José Fialho, “A Primeira Revisão Tutelar Educativa” in *I Congresso de Direito da Família e das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2016, pág.235.

- iii) O comentário geral n. °10/2007 do Comité dos Direitos da Criança, de 25 de abril de 2007;
- iv) A recomendação 87/20 sobre as reações sociais à delinquência juvenil, adotada em 17 de setembro de 1987;
- v) A recomendação 2000/20 sobre o papel da intervenção psicossocial na prevenção dos comportamentos criminais, adotada em 6 de outubro de 2000;
- vi) A recomendação 2003/20 sobre as novas formas de abordagem da delinquência juvenil e sobre o papel da justiça juvenil, adotada em setembro de 2003;
- vii) A recomendação 2008/11 sobre as regras europeias para os jovens delinquentes sujeitos a sanções ou medidas, adotada em 5 de novembro de 2008;
- viii) Parecer do Comité Económico e Social Europeu de 15 de março de 2006 sobre “A prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na União Europeia”;
- ix) A resolução do Parlamento Europeu de 21 de junho de 2007 sobre a delinquência juvenil, o papel da mulher, da família e da sociedade.

Estes instrumentos vieram recomendar aos Estados-Membros a adequação das suas políticas nacionais e, por conseguinte, do sistema de justiça juvenil. Esteve na base destes instrumentos a necessidade de prevenção da delinquência juvenil, dado o seu aumento.

### **2.2.2 Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**

O artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o princípio da proteção da infância, mediante o qual se reconhece às crianças o direito à proteção da sociedade e do Estado.

A proteção das crianças e jovens, como já foi referido, tem conduzido à alteração de leis e à implementação de novas medidas e metodologias de trabalho. Na base desta preocupação e produção legislativa estava a necessidade de delimitar e clarificar a proteção da criança ou jovem nas situações em que se encontra em situações de perigo que põem em causa o seu processo de desenvolvimento e socialização, daquelas em que a criança ou jovem é agente de factos qualificados pela lei penal como crime, exigindo que crianças ou jovens em perigo e crianças ou jovens infratores tenham modelos de intervenção distintos.

O período da infância/adolescência, é uma fase do desenvolvimento que provoca profundas transformações nos indivíduos de tenra idade e, por isso, é uma altura de fragilidade que poderá ser agravada por outros acontecimentos marcantes. A família constitui-se como um organismo essencial visto que satisfaz as suas necessidades básicas num ambiente propício ao pleno desenvolvimento das competências psicossociais dos indivíduos, preparando-os para a vida em sociedade. Assim, no momento em que a família não revele competências para assegurar as necessidades básicas de determinada criança/jovem, a sociedade é chamada a exercer civilmente o seu dever<sup>11</sup> e obrigação de disponibilizar os recursos e meios necessários para promover a criação de um ambiente estável, seguro e confortável, que permita o desenvolvimento e crescimento integral da criança/jovem, tendo sempre como objetivo garantir o seu superior interesse.

---

<sup>11</sup> Armando Leandro, “O papel do sistema de promoção e proteção das crianças em Portugal- o definitivo balanço de 14 anos de vigência” in *I Congresso de Direito da Família e das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2016, pág.223.



A LPCJP passou a privilegiar de uma intervenção que efetivasse a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens em todos os domínios, ao invés da mera proteção da infância, tendo por objetivo a promoção dos direitos das crianças ou jovens e a proteção das mesmas, de forma a assegurar o seu bem-estar e pleno desenvolvimento.

Esta lei trouxe um novo modelo de atuação que responsabiliza a sociedade civil que, em conjunto com as entidades estatais, deverá contribuir para a promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. Definiu igualmente a competência e intervenção das diversas entidades em matéria de infância e juventude e reconheceu à criança o direito de ser ouvida e de participar na definição do seu projeto de vida<sup>12</sup>. Este sistema de proteção funda-se na dignidade da pessoa humana (cfr. artigo 1.º da CRP).

O PPP tem uma finalidade concreta, a intervenção imediata junto de crianças e jovens em situação de perigo, removendo-o, proporcionando adequadas condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, e não a de resolver definitivamente e juridicamente a situação dessa criança ou jovem, cuja resolução é remetida para a providência tutelar cível adequada<sup>13</sup>.

Segundo o artigo 3.º n.ºs 1 e 2 da LPCJP, a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo. Desta forma, o artigo anteriormente referido elenca quais as situações que são consideradas perigo para a criança ou jovem.

---

<sup>12</sup> Marta de Jesus Joaninho, *Intervenção Social com Crianças e Jovens em Perigo* (tese de mestrado), Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga, 2010, pág. 29.

<sup>13</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, 8.ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2017, págs. 165 e 166.

A intervenção judicial cabe ao MP embora os pais, o representante legal, as pessoas que tenham a guarda de facto e a criança ou jovem com idade superior a 12 anos possam também requerê-la (cfr. artigo 105.º da LPCJP). O PPP é constituído pelas fases de instrução, decisão negociada, debate judicial, decisão e execução da medida<sup>14</sup>.

### **2.2.3 Lei Tutelar Educativa**

A intervenção tutelar educativa ocorre quando um jovem, com idade entre os 12 e os 16 anos, entra em rutura com o mínimo ético e social em que assenta a vida em sociedade, ofendendo bens jurídicos tutelados pelo direito penal, devendo o Estado, através dos Tribunais, intervir com o objetivo de fazer compreender a esse jovem os valores essenciais da comunidade e as regras básicas de convivência social a que qualquer cidadão deve obedecer<sup>15</sup>. O sistema de justiça juvenil Português difere da maioria dos sistemas de outros países da UE ao dar menos importância ao facto praticado do que à necessidade da criança ou jovem ser educado sobre os valores fundamentais da comunidade que foram violados pelo ato ilícito, é, por isso, considerado como uma terceira via, entre um modelo de proteção e um modelo penal. As medidas tutelares educativas visam a socialização e educação das crianças e jovens, num processo designado de educação para o direito<sup>16</sup>.

Por força do princípio da legalidade consagrado no artigo 4.º da LTE, o legislador elencou as medidas tutelares educativas que podem ser aplicadas, podendo distinguir-se entre medidas não institucionais e a medida institucional.

---

<sup>14</sup> Cfr. artigos 106.º n.º 1, 107.º a 110.º; 112.º; 114.º a 116.º e 120.º a 112.º-A da LPCJP.

<sup>15</sup> Cfr. António José Fialho, “A Primeira Revisão Tutelar Educativa”, pág.233. “A intervenção tutelar educativa não visa a punição e só deve produzir-se quando a necessidade de correção da personalidade subsista no momento de aplicação da medida e quando esteja verificada uma situação desviante justificada na rutura com elementos nucleares da ordem jurídica, legitimando assim o Estado para educar o jovem para o direito, mesmo contra a vontade de quem está investido na titularidade das responsabilidades parentais. Não se verificando estes pressupostos, a ausência de intervenção representa a justificada prevalência do interesse da criança ou do jovem sobre a defesa dos bens jurídicos sobre a defesa dos bens jurídicos e das expectativas da comunidade”.

<sup>16</sup> Maria João Leote de Carvalho, “Dinâmicas e desafios na aplicação da medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo em Portugal”, CesContexto, n.º 19, 2017, pág.319.

O PTE é constituído por duas fases, a fase de inquérito e a fase jurisdicional<sup>17</sup>.

A fase de inquérito é dirigida pelo MP, iniciando-se pela notícia do facto. O MP assistido pelos órgãos de polícia criminal (OPC) e pela direcção-geral de reinserção e serviços prisionais (DGRSP), investiga a prática do facto e determina a necessidade de educação da criança ou jovem para o direito, visando a decisão sobre a aplicação de medida tutelar (cfr. artigo 75.º n.ºs 1 e 2 da LTE). Esta fase é encerrada pelo MP com o arquivamento ou com o requerimento de abertura da fase jurisdicional, quando comprovada a necessidade de educação para o direito e a prática de um facto qualificado como crime pela lei penal (cfr. artigo 86.º e 89.º da LTE).

Já a fase jurisdicional é dirigida pelo juiz e compreende a comprovação judicial dos factos, a avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar educativa, a determinação dessa medida e a sua execução (cfr. artigo 92.º da LTE)<sup>18</sup>.

#### **2.2.4 Regime Geral do Processo Tutelar Cível**

A reforma do Direito das crianças e jovens em 1999, resultante da aprovação das LPCJP e LTE, ditou a revogação de parte substancial das normas da OTM, decorrente da separação feita entre a intervenção dirigida a crianças e jovens em perigo e a intervenção dirigida a crianças ou jovens carecidos de educação para o Direito, em virtude da prática de factos qualificados pela lei penal como crime<sup>19</sup>.

O presente RGPTC teve origem na Proposta de Lei n.º 338/XII apresentada pelo Governo, estando em vigor desde 2015. Manteve as linhas fundamentais que caracterizavam a OTM, prevendo algumas importantes inovações quanto aos princípios orientadores e à tramitação dos PTC. Na perspetiva da teleologia normativa, é de assinalar que com o RGPTC, o legislador visou criar regras comuns

---

<sup>17</sup> A fase jurisdicional compreende também a execução da medida.

<sup>18</sup> Boaventura de Sousa Santos (dir. cient.), “Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa”, CES/OPJ, 2004, pág.171.

<sup>19</sup> Proposta de Lei n.º 338/XII (4.ª).

na tramitação dos processos e introduzir maior celeridade, agilização e eficácia na resolução de conflitos relacionados com a jurisdição de família e menores<sup>20</sup>. Reflete o cuidado do legislador no sentido de evitar o mais possível a delonga da marcha processual que não se compadece com o superior interesse da criança, quando está em causa contextos de rutura conjugal e consequente perturbação dos vínculos afetivos parentais.

De acordo com os artigos 1.º e 2.º do RGPTC, o referido regime é aplicável às providências tutelares cíveis e respetivos incidentes, isto é, regula os aspetos processuais, não sendo aplicável ao processo de adoção e respetivos procedimentos preliminares, matérias que passaram a ser reguladas em diploma próprio<sup>21</sup>. O artigo 3.º enuncia taxativamente quais são as providências tutelares cíveis abrangidas.

O PTC é constituído por vários momentos distintos dependentes da providência tutelar cível em causa.

#### **i) Regulação do exercício das responsabilidades parentais**

No âmbito de um processo de regulação do exercício das responsabilidades parentais, autuado o requerimento, os progenitores são citados para a conferência no prazo de 15 dias imediatos (cfr. artigo 35.º n.º 2 do RGPTC), podendo estar presentes outros familiares ou pessoas de especial referência afetiva para as crianças, desde que determinado pelo juiz. Caso não alcancem acordo, o juiz suspende a conferência e remete as partes para audição técnica especializada (ATE) ou propõe a utilização da mediação<sup>22</sup>. Finda a ATE, as partes são notificadas para a continuação da conferência nos cinco dias imediatos, com vista à obtenção de acordo da regulação do exercício das responsabilidades parentais (cfr. 39.º n.º 1 do RGPTC). Caso as partes tenham recorrido à mediação, são também notificadas para a continuação da conferência nos

---

<sup>20</sup> Ac. TRE de 07/06/2017, proc. n.º 181/05.7TMSTB-D.E1, Relator Tomé de Carvalho.

<sup>21</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado e Comentado*, 2ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2017, pág.18.

<sup>22</sup> Ao contrário da ATE a mediação não pode ser imposta às partes, visto ser um processo caracterizado pelo princípio da voluntariedade destas.

cinco dias imediatos com vista à homologação do acordo obtido (cfr. artigo 39.º n. º3 do RGPTC). Em ambos os casos se não for obtido um acordo, o juiz notifica as partes para, em 15 dias, apresentarem alegações ou arrolarem até 10 testemunhas e juntarem documentos (cfr. artigo 39.º n. º4 do RGPTC). Findo este prazo o juiz ordena as diligências de instrução. Caso não tenham existido alegações nem tenha sido junto prova, é ouvido o MP e é proferida sentença (cfr. artigo 39.º n.ºs 5 e 6 do RGPTC). Se forem apresentadas alegações e prova, há lugar à audiência de discussão e julgamento, por fim é proferida sentença (cfr. artigo 40.º do RGPTC).

**ii) A fixação dos alimentos devidos à criança e aos filhos maiores ou emancipados a que se refere o artigo 1880.º do Código Civil e a execução por alimentos**

Podem requerer a fixação dos alimentos devidos a criança, ou a alteração dos anteriormente fixados, o seu representante legal, o Ministério Público, a pessoa à guarda de quem aquela se encontre ou o diretor da instituição de acolhimento a quem tenha sido confiada (cfr. artigo 45.º n. º1 do RGPTC).

O juiz designa o dia para uma conferência, que se realiza nos 15 dias imediatos. O requerido é citado, devendo o requerente estar presente conjuntamente com a pessoa que tiver a criança à sua guarda. São aplicáveis à conferência as regras constantes do artigo 35.º do RGPTC. O artigo 48.º do RGPTC elenca os meios de tornar efetiva a prestação de alimentos.

**iii) A entrega judicial de criança**

Se a criança abandonar a casa dos pais ou aquela que estes lhe destinaram ou dela for retirada, ou se encontrar subtraída à responsabilidade da pessoa ou da instituição a quem esteja legalmente confiada, deve a sua entrega ser requerida ao Tribunal com jurisdição na área em que ela se encontre. Após a audição da criança, o juiz decide

ou, se o processo tiver de prosseguir, ordena a citação do Ministério Público e da pessoa que tiver acolhido a criança, ou em poder de quem ela se encontre, para contestarem no prazo de 10 dias (cfr. artigo 49.º n.ºs 1 e 3 do RGPTC).

**iv) A inibição, total ou parcial, e o estabelecimento de limitações ao exercício das responsabilidades parentais**

Só em situações em que os progenitores se comportem de forma grave e irreversível, podem ser inibidos do exercício das responsabilidades parentais sobre o filho ou sobre os seus bens, total ou parcial, sendo que, como preliminar da respetiva ação de inibição, poderá ser determinada a suspensão do exercício das responsabilidades parentais<sup>23</sup>.

O MP, qualquer familiar da criança ou pessoa sob cuja guarda se encontre ainda que de facto, podem requerer a inibição, total ou parcial, do exercício das responsabilidades parentais (cfr. artigo 52.º do RGPTC).

Importa ressaltar que, nos termos do artigo 53.º do RGPTC o pedido de inibição do exercício das responsabilidades parentais fica prejudicado se, no processo de promoção e proteção pendente, estiver promovida a medida prevista no artigo 35.º n.º1 alínea g) da LPCJP, e até decisão desta.

**v) A averiguação oficiosa da maternidade e da paternidade**

Cabe ao MP a instrução dos processos de averiguação oficiosa da maternidade ou paternidade ou a sua impugnação (cfr. artigo 60.º n.º 1 do RGPTC). Finda a instrução, o MP decide sobre a inviabilidade da ação de investigação ou de impugnação. Caso conclua pela viabilidade, propõe a ação de investigação ou de

---

<sup>23</sup> Ac. TRL de 12/01/2017, proc. n.º 1204/09.6TMLSB-O.L1, Relator Ondina Carmo Alves.

impugnação. Se o presumido progenitor confirmar a maternidade ou paternidade, é lavrado termo de perfilhação (cfr. artigo 64.º do RGPTC).

### **3. Mecanismos processuais de articulação**

A necessidade de uma “justiça amiga” para as crianças e jovens foi acolhida pelo legislador na LPCJP, LTE e RGPTC. Para além disso, desde 1999, procurou-se reafirmar a ideia de complementaridade entre os três diplomas, como referido anteriormente. Esta preocupação foi visível desde logo na exposição de motivos da proposta de lei n.º266/VII, de 17 de Abril de 1999 referindo-se que “pela noção de intercorrência entre exigências educativas e necessidades de proteção, estimula-se uma comunicabilidade permanente entre sistema de justiça e instâncias de proteção, prevendo-se a aplicação, no processo, de medidas provisórias de proteção e habilitando-se o MP a desencadear iniciativas com vista a assegurar a proteção social do menor ou a efetivar o exercício ou o suprimento do poder paternal. Não existe, de resto, qualquer antinomia entre o sistema de proteção e o de justiça”.

Deste sistema de justiça das crianças e jovens surgiu a necessidade de criação de mecanismos processuais de articulação e comunicação pluriprocessual.

Importa assim explicitar quais os mecanismos e intervenientes relevantes para a correta articulação do sistema, visando uma apreciação global e articulada da situação criança ou jovem em causa, baseada no princípio fundamental, do superior interesse da criança ou jovem.

#### **3.1 Entidades relevantes**

##### **3.1.1 O Ministério Público**

Os diplomas em estudo atribuíram ao MP um papel fundamental na articulação de intervenções, o qual é desempenhado através de diversas funções e

competências<sup>24</sup>. As suas competências têm por fundamento as atribuições constitucionais de defesa da legalidade democrática e dos interesses que a lei determinar (Cfr. artigo 219.º n.º 1 da CRP), sendo estabelecidas também no artigo 1.º do seu estatuto<sup>25</sup>. O MP deve assumir, para além das suas tradicionais atribuições, o papel de interlocutor entre os vários processos que envolvem a mesma criança ou jovem e as várias entidades em matéria de infância e juventude<sup>26</sup>.

Conforme decorre do artigo 3.º n.º 1, alíneas a) e c) do Estatuto, compete ao MP representar os incapazes e exercer a ação penal orientada pelo princípio da legalidade. Esta promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens, competência exercida no âmbito da fiscalização da legalidade<sup>27</sup> e da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), através da instauração de processos judiciais adequados e da fiscalização da atividade processual, permite a obtenção de decisões adequadas ao superior interesse da criança ou jovem.

No que concerne ao PTE, o MP é responsável pela demonstração do facto e da necessidade de educação para o direito. Através da prova recolhida no âmbito do inquérito tutelar educativo, cabe-lhe propor a aplicação ou não de uma medida tutelar. É competente ainda para requerer a abertura da fase jurisdicional. O MP terá sempre em vista um tratamento adequado à situação em causa, procurando também a reintegração social do jovem, como contempla o artigo 40.º n.º 1 da CDC.

No âmbito do PPP, o MP acompanha a atividade das CPCJ com vista a apreciar a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da sua atividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais, podendo requer as providências tutelares cíveis adequadas (cfr. artigo 17.º do RGPTC) e usar de quaisquer meios judiciais

---

<sup>24</sup> Artigo 40.º da LTE, artigo 72.º da LPCJP e artigo 17.º do RGPTC.

<sup>25</sup> Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, alterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

<sup>26</sup> Isabel Confraria e Júlio Barbosa e Silva, “Desafios para o Ministério Público No âmbito do Regime Geral do Processo Tutelar Cível e alterações à Lei de Promoção e Proteção de Jovens em Perigo”, Revista do CEJ n.º 2, 2.º semestre, 2015, pág.104.

<sup>27</sup> Cfr. Tomé d’Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág.172. “A fiscalização da legalidade é exercida mediante análise do teor das comunicações feitas pelas CPCJ nos termos do artigo 68.º LPCJP, nomeadamente das decisões que apliquem medidas contempladas na sua alínea e), bem como mediante a consulta de processos aí pendentes”.



necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua proteção (cfr. artigo 72.º n.º 3 da LPCJP).

Resulta dos artigos 69.º e 70.º da CRP o dever de o Estado proteger e promover o desenvolvimento da infância e juventude, competindo ao MP a defesa do superior interesse das crianças e jovens. Face à necessidade de defesa do superior interesse destas, o MP é incumbido da relevante tarefa de articular, unir e colocar em contato os diversos Tribunais que tenham de intervir nos processos relativos às crianças ou jovens, bem como a sociedade e outros profissionais que possam ser chamados a intervir nesses processos<sup>28</sup>. Assim, o MP tem como função garantir a articulação das CPCJ com os Tribunais no âmbito do PPP<sup>29</sup> e com a DGRSP, visto ser a entidade responsável pelo acompanhamento das medidas tutelares educativas (cfr. artigo 16.º da LTE)<sup>30</sup>, no âmbito do PTE (cfr. artigos 68.º, 69.º, 73.º e 73.º da LPCJP e artigo 43.º da LTE).

### **3.1.2 Intervenção Social e administrativa**

A intervenção judiciária é subsidiária à intervenção social e administrativa, competindo a promoção dos direitos e a promoção da criança ou jovem em perigo, em consonância com o artigo 6.º LPCJP, às entidades com atribuições em matéria de infância e juventude e às CPCJ. Apenas em última instância compete aos Tribunais, devido à falta de meios ou do consentimento necessário<sup>31</sup> para a intervenção<sup>32</sup>. Esta visão não judicializada do sistema, pretende o envolvimento da sociedade, ou seja, a

---

<sup>28</sup> Júlio Barbosa e Silva, *Lei Tutelar Educativa Comentada- No âmbito das principais orientações internacionais da jurisprudência nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, Coimbra, Almedina, 2013, págs. 147 e 148.

<sup>29</sup> Para mais desenvolvimento sobre este tema consultar diretiva conjunta CNPCJR e PGR de 23/6/2009 e circular n.º 3/2006 PGR.

<sup>30</sup> Isabel Confraria, Júlio Barbosa e Silva, “Desafios para o Ministério Público no âmbito do regime geral do processo tutelar cível e alterações à lei de promoção e proteção de jovens em perigo”, pág.100.

<sup>31</sup> Considera-se necessário o consentimento expreso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, constitui um pressuposto indispensável para a intervenção (cfr. artigo 9.º da LPCJP).

<sup>32</sup> Tomé d’Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág.45.

intervenção no âmbito da proteção de crianças e jovens tem em vista uma ação multidimensional, pressupondo a participação de várias entidades, em prol do superior interesse da criança ou jovem.

#### **i) Entidades com competência em matéria de infância e juventude**

As entidades com competência em matéria de infância e juventude (entidades da 1.ª linha) são as entidades, públicas ou privadas, que estão, por força das suas funções, em contacto com a criança ou jovem, designadamente a escola, o sistema de saúde, a Segurança Social, Organizações Não Governamentais (ONGs), etc.<sup>33</sup>.

Ou seja, sempre que uma destas entidades constata que uma criança ou jovem se encontra numa situação de perigo deverá tomar as providências necessárias para remover a situação de perigo, atuando junto dos pais, ou de quem tem a guarda de facto ou da instituição que a acolhe, bem como comunicar a situação à CPCJ da área da residência da criança ou do jovem em perigo.

Quando não seja possível a atuação das entidades de 1ª linha de forma adequada e suficiente (cfr. artigo 8.º), passa então a ser responsabilidade da CPCJ avaliar a existência de uma situação de perigo. A intervenção é efetuada de acordo com o princípio da subsidiariedade, constante no artigo 4.º alínea k) da LPCJP, a menos que o PPP a correr termos na CPCJ seja apensado ao processo judicial ainda antes da avaliação de perigo pelas entidades referidas estar completa<sup>34</sup>.

Sabemos que, a par da família, a escola é um espaço fundamental para a socialização para as crianças e jovens e para o seu desenvolvimento pelo que, nos casos de agregados familiares mais vulneráveis, a escola pode mesmo ocupar um papel de extremo relevo na satisfação das suas necessidades básicas<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Cfr. PGD do Porto: Entidades com competência em matéria de infância e juventude.

<sup>34</sup> Julieta Monginho, “Compatibilidade entre Providência tutelares cíveis e Medidas de promoção e proteção”, Revista do CEJ n.º 2, 2.º semestre, 2017, pág.195.

<sup>35</sup> CPCJ Vendas Novas, “A Escola e a CPCJ na promoção e proteção dos Direitos das Crianças”.

Os estabelecimentos de educação e ensino, entidades de 1ª linha, são entidades privilegiadas na prevenção e ao mesmo tempo são o lugar onde precocemente se podem detetar indicadores de perigo.

É, pois, fundamental que todos os profissionais da educação, docentes e não docentes, conheçam, por um lado, a legislação que protege a criança ou jovem, nomeadamente a LPCJP, LTE, o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e outros documentos como a CDC. Por outro lado, é importante a aquisição ou aprofundamento de conhecimentos que permitam uma observação atenta de um conjunto de indicadores que podem indiciar a situação de perigo<sup>36</sup>.

Assim, as escolas têm que promover ações de prevenção e intervir sobre o perigo e, se necessário, adotar medidas de proteção adequadas, caso verifiquem essas situações.

## **ii) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**

As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (cfr. artigo 12.º da LPCJP). O princípio que presidiu à sua constituição é o de evitar o contacto desnecessário das crianças ou jovens com os Tribunais e corresponsabilizar a comunidade pela resolução dos problemas das crianças ou jovens<sup>37</sup>. A sua intervenção tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuarem de forma adequada e suficiente para remover o perigo em que as crianças ou jovens se encontram (cfr. artigo 8.º da LPCJP). Para além desta intervenção, atuam também quando os pais, representantes legais ou quem tenham a guarda de facto autorizem expressamente a sua intervenção e não haja a oposição da criança ou jovem com idade igual ou

---

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág.60.

superior a 12 anos (cfr. artigos 9.º e 10.º da LPCJP). A sua intervenção desjudicializada e desformalizada revela vantagens na salvaguarda dos interesses das crianças e jovens em perigo. Importa ressaltar que as CPCJ não têm competência funcional para proceder ao acompanhamento da execução das medidas de promoção que sejam decretadas pelos Tribunais, cabendo tais atribuições às equipas multidisciplinares de apoio ao Tribunal (EMAT).

### **iii) Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**

A DGRSP é o organismo responsável pela prevenção criminal, execução de penas, reinserção social e gestão dos sistemas tutelar educativo e prisional. Na fase de inquérito a DGRSP assiste o Ministério Público através da elaboração dos seguintes documentos: informações sociais; relatórios sociais; relatórios sociais com avaliação psicológica (cfr. artigo 71.º da LTE).

Deste modo, a intervenção da DGRSP é também decisiva para o bom funcionamento do sistema, tendo como principal atribuição a elaboração de um diagnóstico da criança ou jovem que praticou um facto qualificado como crime pela lei penal, e através deste diagnóstico deverá desenvolver uma proposta para o futuro deste. No diagnóstico deverá constar a análise:

-Do indivíduo visualizado no facto (a precocidade do facto, a persistência dos comportamentos, e os seus motivos, ligados à idade/sexo do jovem, às suas condições biopsicológicas, aos tipos de atos cometidos e ao circunstancialismo dos mesmos);

-O indivíduo inserido no seu meio sociológico (família, escola, comunidade, aferindo a qualidade dos vínculos estabelecidos, as possíveis causas de constrangimentos do meio exterior e a exposição do jovem a fatores adversos);

-O indivíduo com os seus específicos fatores pessoais (com as suas potencialidades e as suas fragilidades), fazendo apelos aos seus recursos psicológicos

(emocionais, cognitivos e comportamentais), à sua capacidade de descentração, de autocontrolo, de “comunicação assertiva” e de resolução de conflitos)<sup>38</sup>.

Após esta análise, deverá ser elaborado um relatório dos elementos apurados e fazer-se um prognóstico. Em seguida deverá comunicar-se ao MP os resultados obtidos, a quem cabe então, seguir ou não a proposta da DGRSP.

Estes documentos podem ser utilizados como meios de obtenção da prova e têm como objetivo auxiliar a autoridade judiciária no conhecimento da personalidade do jovem e contexto em que vive, dado que neles constam a sua conduta e inserção socioeconómica, educativa e familiar.

Na fase jurisdicional, após a tomada de decisão judicial de aplicação de medida tutelar, o juiz pode deferir à DGRSP a execução da medida e/ou o seu acompanhamento. A DGRSP fica obrigada a informar o Tribunal sobre a evolução do processo educativo do jovem bem como de circunstâncias suscetíveis de fundamentar a revisão da medida.

No Acompanhamento Educativo dos jovens, a DGRSP territorialmente competente, além do Projeto Educativo Pessoal, deve supervisionar, orientar, acompanhar e apoiar o jovem durante a execução do projeto.

Durante a execução de uma medida não institucional, são várias as entidades com as quais a DGRSP tem de se articular. Desde logo a família, mas também a escola, a entidade beneficiária de trabalho, a Segurança Social, a entidade formadora, os serviços médicos, os Tribunais, etc. Por vezes, surgem alguns problemas, havendo um consenso generalizado quanto à necessidade, em geral, de melhorar os canais de articulação<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Paulo Guerra, “A Lei Tutelar Educativa- Para onde Vais?”, Revista Julgar n. °11,2010, pág.103.

<sup>39</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, Coimbra, Almedina, 2018, pág.373.

#### **iv) Órgãos de Polícia Criminal**

Os OPC têm por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da CRP e da lei<sup>40</sup>.

Dado a frequência de contato dos OPC com crianças ou jovens que praticam factos qualificados como crime e que se encontram em perigo, a sua atuação deverá garantir o superior interesse destes, facilitando a intervenção adequada. Assim, cabe aos OPC tomar as medidas adequadas para garantir os direitos das crianças ou jovens, colaborando com os Tribunais, CPCJ, DGRSP, com vista a assegurar intervenção necessária.

Pelas razões apresentadas, é fundamental que a sinalização das situações de perigo e da prática de factos qualificados como crime seja rapidamente comunicada, dado que as exigências de educação para o direito atualmente vividas e as necessidades de proteção não são compatíveis com comunicações tardias ou falta destas.

É possível concluir que os OPC desempenham um papel primordial na justiça juvenil. No entanto, tem-se verificado uma intervenção incompleta destes. Deverão adotar uma postura mais assertiva, assumindo um papel de informadores e facilitadores da autoridade judiciária. Perceber as problemáticas das crianças ou jovens é fundamental para a ação, pois só assim será possível uma atuação justa, assertiva e facilitadora da antecipação, necessária à sua proteção e à educação para o direito<sup>41</sup>.

### **3.2 Comunicações**

Para ser possível uma ação multidimensional, um dos pilares indispensáveis para um sistema articulado é a obrigatoriedade de comunicações e atuações tendo por base o princípio da subsidiariedade. Para o efeito, os diplomas em estudo vieram

---

<sup>40</sup> Cfr. resulta das tarefas fundamentais do Estado, elencadas no artigo 9.º da CRP.

<sup>41</sup> Ibid, pág.146.

estabelecer um conjunto de comunicações obrigatórias para as diversas entidades que intervêm no processo, por forma a que quando seja constatada uma situação a necessitar de uma intervenção, para a qual a presente não seja adequada ou suficiente, a mesma seja participada à entidade competente para dar o encaminhamento necessário<sup>42</sup>. Importa ressaltar que os processos que envolvam crianças e jovens não são compatíveis com comunicações tardias ou falta destas, dada a sua importância para assegurar o superior interesse das crianças ou jovens.

### **3.2.1 Processo de Promoção e Proteção**

Na LPCJP destacam-se os artigos 64.º, 65.º, 66.º, 68.º, 69.º (comunicações de entidades em matéria de infância e juventude às CPCJ, destas ao MP ou das autoridades judiciárias às primeiras).

#### **i) Entidades com competência em matéria de infância e juventude**

As entidades com competência em matéria de infância e juventude, têm o dever de participar às CPCJ as situações de perigo de que tenham conhecimento no exercício das suas funções, sempre que não possam, no âmbito exclusivo da sua competência, assegurar a proteção suficiente da criança ou do jovem, por forma a permitir, em tempo útil, a sua intervenção (cfr. artigo 65.º n.º 1 da LPCJP). A única exceção, consiste no caso da CPCJ não se encontrar instalada ou não tenha competência para aplicar a medida, por falta de consentimento. Neste caso, as referidas entidades deverão comunicar diretamente ao MP (cfr. artigo 65.º n.º 2 da LPCJP). Para além destas entidades, segundo o artigo 66.º da LPCJP, todos os cidadãos têm o poder-dever de comunicar todas as situações de perigo de que tenham conhecimento.

---

<sup>42</sup> Joana Marques Vidal, “Processos Tutelares: Que articulação?” in *Direito Tutelar de Menores: O sistema em mudança*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, pág.162.

## **ii) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**

As CPCJ comunicam ao MP, nos termos do artigo 68.º da LPCJP, quando do processo resultar a existência de indícios bastantes de uma situação de perigo, devendo indicar as diligências adotadas para a proteção da criança e jovem e disponibilizar todos os elementos relevantes para a apreciação global da situação, como referido no artigo 71.º da LPCJP, e fazer acompanhar a comunicação de cópia da respetiva deliberação devidamente fundamentada. Estas comunicações não fazem cessar a intervenção da CPCJ, salvo falta de consentimento ou outra situação prevista na lei.

A CPCJ comunica, nos termos do artigo 68.º alínea d) da LPCJP as situações em que não tenha sido proferida decisão seis meses após a conhecimento da situação de perigo. O MP poderá requerer a intervenção judicial (cfr. artigo 11.º da LPCJP) mesmo que não tenha cessado a intervenção da CPCJ. Caberá então ao MP, nos termos dos artigos 73.º n.º 1 alínea b) e 105.º n.º 1 da LPCJP, requer a abertura da fase jurisdicional, se considerar necessária a aplicação de medida. Não considerando necessária a aplicação de medida, o MP arquiva liminarmente o processo, conforme estabelecido no artigo 74.º da LPCJP. Podemos concluir, pois, que as comunicações ao MP não implicam necessariamente a abertura de processo judicial, só ocorrendo tal nas situações em que o MP considere necessária a aplicação de medida. As CPCJ comunicam ainda ao MP para efeitos de procedimento cível (cfr. artigo 69.º da LPCJP) as situações que justifiquem a regulação, alteração ou a inibição do exercício das responsabilidades parentais, a instauração de tutela ou qualquer outra providência tutelar cível.

## **iii) Órgãos de Polícia Criminal**

No âmbito da LPCJP, os OPC também desempenham um papel fulcral para o bom funcionamento da justiça juvenil, devendo, de acordo com o artigo 91.º n.º 3 da LPCJP, assumir um papel de protetor dos direitos das crianças ou jovens, dando para isso conhecimento imediato ao MP das situações de perigo. Os OPC comunicam



ainda às CPCJ as situações de perigo de que tenham conhecimento no exercício das suas funções (cfr. artigo 64.º n.º 1 da LPCJP). Devem ainda retirar as crianças dessa situação, assegurado a sua proteção de emergência, até ser possível a intervenção judiciária. Logo, é essencial que os OPC percebam toda a relevância que têm no amparo destas crianças ou jovens desprotegidos<sup>43</sup>, agindo em consonância com o artigo 3.º da CDC, que estabelece “que todas as medidas referentes às crianças, que sejam tomadas pelas instituições públicas ou privadas de proteção social os Tribunais, as autoridades administrativas ou os organismos legislativos, atender-se-á primordialmente ao superior interesse da criança”. A informação policial deverá então considerar o superior interesse da criança ou jovem, os pressupostos do artigo 91.º n.º 1 da LPCJP e os critérios de intervenção mínima. Em seguida é elaborada a participação policial e efetuada a comunicação ao MP e à CPCJ da área de residência.

### **3.2.2 Processo Tutelar Educativo**

#### **i) Entidades com competência em matéria de infância e juventude**

A obrigação de denúncia encontra-se definida no artigo 242.º n.º 1 do Código Processo Penal (CPP), aplicável no âmbito da LTE. Sendo o conceito de funcionário o disposto no artigo 386.º do Código Penal (CP)<sup>44</sup>, estão incluídos neste conceito os funcionários das escolas.

---

<sup>43</sup> João Manuel Pereira Duarte, “A intervenção da polícia no procedimento de urgência e na informação tutelar educativa”, Revista Data Venia, nº1, ano 1, 2012, pág.140.

<sup>44</sup> Cfr. Artigo 386.º n.º 1 do CP

“Conceito de funcionário

1 - Para efeito da lei penal a expressão funcionário abrange:

a) O funcionário civil;

b) O agente administrativo; e

c) Os árbitros, jurados e peritos; e

d) Quem, mesmo provisória ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntária ou obrigatoriamente, tiver sido chamado a desempenhar ou a participar no desempenho de uma atividade compreendida na função pública administrativa ou jurisdicional, ou, nas mesmas circunstâncias, desempenhar funções em organismos de utilidade pública ou nelas participar.”

O dever de denúncia, no âmbito da LTE, só existe quando o funcionário tiver conhecimento de informações relevantes e credíveis do facto praticado. Noutro sentido, não é obrigatória formalização da denúncia quando estiverem em causa factos suscetíveis de integrarem a prática de crime não punível com pena de prisão superior a três anos<sup>45</sup>. Nestes casos, o funcionário poderá avaliar as necessidades educativas do jovem, desde que instruído de informação suficiente, podendo então, concluir pela desnecessidade da intervenção<sup>46</sup>.

## **ii) Órgãos de Polícia Criminal**

No artigo 73.º da LTE encontra-se regulado o exercício do dever de denúncia e a informação policial que deve acompanhar a denúncia. É importante refletir sobre a necessidade de um sistema de comunicações funcional por parte dos OPC.

A denúncia é obrigatória para os OPC, quanto a facto que tomem conhecimento e que enquadrem factos qualificados como crime pela lei, praticados por crianças ou jovens. O n.º 2 do artigo 73.º da LTE refere a possibilidade de a denúncia ser acompanhada de informação sobre a conduta da criança ou jovem e da sua situação familiar, educativa e social. Se esta informação não for obtida e, deste modo, não acompanhar a denúncia, deverá ser apresentada no prazo máximo de oito dias. Este facto advém do especial conhecimento que os OPC têm da comunidade, conhecimento que vai muito para além da reação ou pro-ação policial<sup>47</sup>. Esta recolha de informação e consequente comunicação ao MP é possível através dos programas de proximidade dos OPC e no âmbito do programa escola segura, devendo a informação recolhida ser objetiva e útil, permitindo assim uma correta atuação da autoridade judiciária. Assim, os OPC deverão juntar à denúncia a informação relativa à conduta da criança ou jovem, ou seja, se já foi indiciada anteriormente por factos

---

<sup>45</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág. 262.

<sup>46</sup> Ibid, págs. 261 e 262.

<sup>47</sup> João Manuel Pereira Duarte, “A intervenção da polícia no procedimento de urgência e na informação tutelar educativa”, pág.144.

qualificados com crime ou se foi a primeira denúncia ou participação policial. Relativamente à situação familiar, deverá constar informação relativa ao tipo de família, ao local de residência e informações relativas a quem exerce as responsabilidades parentais ou é detentor da guarda, sendo ainda relevante referir a situação económica desta família. Na situação educativa devem ser referidos todos elementos da situação escolar. Por último, na situação social, deverão ser enunciadas as relações familiares e sociais, como comportamentos de risco e o ambiente em que esta criança ou jovem se desenvolve.

As fontes desta informação traduzem-se no conhecimento adquirido pelo exercício normal da sua função, como por exemplo, através do policiamento de proximidade e do programa escola segura e de outros elementos junto de fontes próximas e da família, como anteriormente referido.

A recolha de informação é relevante porque poderá a vir fundamentar o arquivamento liminar do inquérito, nos casos do artigo 78.º n.º 1 da LTE, poderá ser relevante para aplicação de uma medida cautelar, conforme o artigo 58.º da LTE, e permitirá apurar a necessidade de educação para o direito, constituindo um elemento informativo para a correta condução do inquérito, concretizando os seus objetivos.

### **iii) Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**

A articulação entre a DGRSP e o Tribunal começa, desde logo, com o pedido de relatório social pelo Tribunal (cfr. artigo 71.º da LTE), no qual a DGRSP propõe uma medida tutelar educativa para o jovem e mantém-se durante a execução da medida. A DGRSP comunica ao Tribunal, quando por este solicitado: o plano de conduta do jovem (cfr. artigo 84.º n.º 3 da LTE); os resultados obtidos na elaboração de relatórios- com ou sem avaliação psicológica – ou de informações sociais sobre o jovem (cfr. artigo 71.º da LTE).

De acordo com o artigo 131.º da LTE, a DGRSP, como entidade encarregada pelo Tribunal de acompanhar e assegurar a execução, devem informar o mesmo, nos prazos legais (cfr. artigos 136.º a 139.º da LTE) sobre a execução da medida aplicada e sobre a evolução do processo. Devem ainda comunicar quaisquer informações relevantes para uma possível revisão da medida<sup>48</sup>.

### **3.3 Normas de Articulação**

#### **3.3.1 Articulação Processo Promoção e Proteção e Processo Tutelar Cível**

O n.º 3 do artigo 27.º do RGPTC dispõe o procedimento a seguir pelo MP aquando da verificação de uma situação de perigo, no âmbito do PTC. Esta atuação resulta dos seus poderes de iniciativa processual (cfr. artigo 17.º n.º 2 do RGPTC). Todavia, questiona-se se, verificada essa situação de perigo, o MP deve obrigatoriamente instaurar, por apenso, o processo judicial de promoção e proteção e, se necessário, a aplicação de medida judicial de proteção da criança<sup>49</sup>, ou se deverá atuar de acordo com o princípio da subsidiariedade, cabendo deste modo, a intervenção às entidades da 1.ª linha. Através da leitura do normativo depreendemos que o MP deverá requerer por apenso o PPP e se necessário requer a aplicação de medida judicial<sup>50</sup>, afastando assim a regra da atuação subsidiária (cfr. artigo 4.º alínea k) da LPCJP). Consideramos esta atuação do MP relevante, visto ser comum a existência de uma situação de perigo no âmbito de um PTC. Podemos utilizar como exemplo, uma criança ser vítima de maus tratos por parte do progenitor com quem reside.

Paralelamente, no âmbito do PPP, compete ao MP, como representante das crianças e jovens, requer as providências tutelar cíveis e usar de quaisquer meios judiciais necessários à promoção e proteção das crianças e jovens em causa (cfr.

---

<sup>48</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, págs. 375 e 376.

<sup>49</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado e Comentado*, pág. 87.

<sup>50</sup> José França Pitão e Gustavo França Pitão, *Processo Tutelar cível Anotado*, Funchal, Codexnet, 2016, pág.90.

artigo 72.º n. º3 da LPCJP)<sup>51</sup>. O MP pode requer ao Tribunal as providências tutelares cíveis quando ocorram as situações dispostas no artigo 75.º da LPCJP.

### **3.3.2 Articulação Processo Promoção e Proteção e Processo Tutelar Educativo**

Encontra-se previsto no artigo 43.º da LTE que, em qualquer fase do PTE, nomeadamente em caso de arquivamento, o MP deve: participar às entidades competentes a situação da criança ou jovem que careça de proteção social, cabendo às CPCJ ou aos Tribunais a referida atuação; tomar as iniciativas processuais que se justificarem relativamente ao exercício ou suprimimento das responsabilidades parentais; ou requerer a aplicação de medidas de proteção às entidades competentes, sendo aplicadas nos termos da LPCJP. Decorre ainda que as decisões proferidas em processos que decretem medidas ou providências de qualquer tipo relativas à mesma criança ou jovem devem conjugar-se com as proferidas no PTE. Paralelamente no artigo 81.º n. º1 da LPCJP encontra-se estabelecida a regra da apensação quando relativamente à mesma criança ou jovem, forem instaurados PPP, PTE, PTC, sendo competente para deles conhecer o juiz do processo instaurado em primeiro lugar.

### **3.4 Apensação e Conexão**

O regime de apensação e conexão contemplado na lei traduz a necessidade de articulação dos processos decisórios, com vista a uma aplicação harmonizada e tendo em conta as problemáticas subjacentes ao caso em concreto. Esta harmonização tem como pilar fundamental o respeito pelo superior interesse da criança e do jovem, como sujeito individual e autónomo, titular de direitos e deveres.

---

<sup>51</sup> Questão desenvolvida no ponto 5.4 i).

### **3.4.1. O Princípio da harmonização e conjugação das decisões**

O legislador, neste sentido, veio estabelecer um princípio da harmonização e conjugação das decisões, com o principal objetivo de evitar decisões discordantes ou conflitantes. Este princípio encontra-se estipulado no artigo 27.º do RGPTC, que estabelece as regras de articulação entre as providências tutelares cíveis e as medidas de promoção e proteção, bem como a instauração de PPP com base nos elementos recolhidos no PTC que indiciem uma situação de perigo para a criança. A razão do preceito parece assentar no facto de que as providências tutelares cíveis proferidas não condicionem ou inviabilizem a adoção de medidas de proteção e vice-versa<sup>52</sup>.

De igual modo, o artigo 43.º n. 3 da LTE estabelece que todas as decisões proferidas devem conjugar-se. Podemos então concluir que, existindo PPP e PTC, as respetivas decisões se deverão conjugar de acordo com o superior interesse da criança, e estas, por sua vez, no caso de também existir PTE, terão necessariamente que se conjugar com a decisão tomada no âmbito deste último processo<sup>53</sup>.

### **3.4.2 O princípio do carácter único e individual do processo**

O princípio do carácter único e individual do processo é comum à LTE e LPCJP.

A razão de ser da organização de um único processo no âmbito da LTE em relação à mesma criança ou jovem é uma decorrência das finalidades e dos critérios de escolha e determinação das medidas que terão de ser adequadas e suficientes para responder às necessidades educativas no momento em que é proferida a decisão<sup>54</sup>.

O artigo 34º da LTE estabelece que a multiplicidade de factos atribuídos à mesma criança ou jovem, deve ser apreciada no âmbito de um só processo. Neste caso,

---

<sup>52</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado e Comentado*, pág. 88.

<sup>53</sup> Joana Marques Vidal, "Processos Tutelares: Que articulação?" in *Direito Tutelar de Menores: O sistema em mudança*, pág.165.

<sup>54</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.158.

procede-se à organização de um único processo relativo a uma criança ou jovem a quem seja atribuído vários factos, qualificados como crime pela lei penal, ocorridos na mesma comarca ou em distintas comarcas. Esta norma traduz a necessidade de conhecimento global e avaliação do contexto em que a criança ou o jovem se insere, permitindo a aplicação de uma medida tutelar educativa adequada à criança ou jovem concreto e necessária para responder às necessidades deste no que concerne à sua educação para o direito no momento da decisão.

A organização de um único processo só não deve ocorrer em relação a processos em fases diferentes, como indica o n.º 2 do artigo em análise, ou quando questões de celeridade ou do interesse da criança ou jovem o justifiquem (cfr. artigo 36.º da LTE). Mesmo não havendo a sua conexão, é sempre relevante a reunião de toda a informação sobre a criança ou jovem, com vista a facilitar o conhecimento de circunstâncias relevantes aquando da decisão (cfr., artigos 65.º e 71.º da LTE)<sup>55</sup>.

O princípio do carácter único e individual do processo é também visível no artigo 35.º da LTE, analisado a seguir<sup>56</sup>.

No âmbito da LPCJP este mecanismo de articulação encontra-se previsto no artigo 78.º. Daqui resulta que, estando em causa várias situações de perigo, relativas à mesma criança ou jovem, deverá ser organizado um único processo de promoção e proteção.

No RGPTC, o artigo 34.º n.º 4 prevê que poderá ser instaurado um único processo, quando o PTC respeitar a mais do que uma criança desde que as relações familiares o justifiquem.

---

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Análise no ponto 3.2.4.

### 3.4.3. Regras de Apensação

Para além dos princípios anteriormente referidos, o legislador estabeleceu igualmente regras de apensação e conexão, permitindo deste modo uma avaliação geral da situação concreta.

A apensação permite que o juiz conheça todos os processos que tenham ligação, desde que seja justificável a sua apensação. Importa referir que não deve ocorrer a apensação de PTE em fase de inquérito, dado que não é um verdadeiro processo instaurado, podendo vir a ser arquivado liminarmente (cfr. artigo 78.º da LTE), não chegando a ser apreciado pelo juiz. Assim, deve concluir-se que deve atender-se à data da entrada na secretaria do Tribunal do requerimento em que o MP pede a abertura da fase jurisdicional do PTE (cfr. artigos 89.º e 90.º da LTE), pois só nessa data se pode falar em processo instaurado<sup>57</sup>.

Da conjugação do artigo 80.º da LPCJP e do artigo 11.º do RGPTC resulta que o legislador veio permitir a instauração de um único PPP relativamente a mais de uma criança ou jovem ou a apensação de processos instaurados separadamente, desde que as relações familiares ou as situações de perigo em concreto o justifiquem. Esta norma constitui, portanto, uma exceção ao princípio do carácter único e individual do processo, consagrado no artigo 78.º da LPCJP. Esta exceção advém da necessidade de obtenção de um conhecimento global das crianças ou jovens em causa e da sua família. Por esta razão, o legislador veio permitir, a organização de único processo relativo a várias crianças ou jovens, desde que verificados os requisitos já referidos, permitindo-se assim a conjugação das medidas de promoção e proteção a aplicar.

Saliente-se que a norma não impõe a apensação, conferindo apenas a possibilidade, através do uso do vocábulo “pode”. Por exemplo, tratando-se de várias crianças, irmãos, negligenciados pelos pais, não se justifica correr termos vários

---

<sup>57</sup> António José Fialho, “A apensação de ações e harmonização de decisões” (cedido pelo autor).



processos, dado a existência da relação familiar entre as crianças e o mesmo Tribunal ou CPCJ ser competente para conhecer todos eles.

Tendo sido instaurados processos distintos, deverão os mesmos ser apensados ao instaurado em primeiro lugar, competindo a decisão ao juiz titular do primeiro processo. A apensação ao processo instaurado em primeiro lugar veio deferir a competência para deles conhecer ao juiz desse processo, prejudicando as regras de competência territorial.

Resulta do artigo 81.º da LPCJP e 11.º do RGPTC que, quando relativamente à mesma criança ou jovem forem instaurados PPP, PTE ou PTC, os mesmos devem correr por apenso, sendo competente para conhecer o juiz do primeiro processo. Importa clarificar que esta apensação se verifica no caso de existirem dois dos processos referidos, não sendo necessária a instauração dos três processos.

O legislador utiliza no n.º 1 do artigo 81.º da LPCJP a alternativa “sucessivamente” ou em “separado”. Na redação anterior deste artigo, apenas era feita a referência a processos instaurados “sucessivamente”, suscitando-se a dúvida de saber se o legislador pretendia abranger apenas os casos em que os PTE ou PTC fossem instaurados após a pendência do PPP e não antes. Não havendo lugar à apensação nos casos em que o PPP fosse instaurado posteriormente, idêntica redação era utilizada no artigo 154.º n.º 1 da OTM (atual artigo 11.º do RGPTC), a interpretação destes preceitos era coincidente, visando a coerência do sistema. Alguma doutrina defendia que a norma era aplicável independentemente da ordem em que tais processos eram instaurados, não fazendo sentido fazer depender a apensação da ordem de instauração<sup>58</sup>. A introdução do vocábulo “separadamente” veio resolver a problemática, sendo claro que apenas é necessária a existência de um PPP (cfr. 81.º da LPCJP) ou PTC (cfr. artigo 11.º do RGPTC), sendo irrelevante a ordem de instauração.

---

<sup>58</sup>Tomé d’Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág.189 e *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado e Comentado*, pág.58.

Os artigos referidos permitem a apensação de processos instaurados, e, por conseguinte, uma apreciação global de todos esses processos, cumprindo-se desta forma as finalidades visadas pelo princípio da economia processual.

Questão levantada no âmbito do artigo 81.º n.º 3 da LPCJP, é a de saber como opera a apensação quando um dos processos corre termos na CPCJ. O normativo diz respeito a situações em que, relativamente à mesma criança ou jovem, é instaurado um PPP na CPCJ e corre simultaneamente um PTC em Tribunal. Para efeitos da apensação prevista no n.º 1 do artigo 81.º da LPCJP, o juiz deve solicitar à CPCJ informação relativa ao PPP pendente ou qualquer outro processo que venha a ser instaurado relativamente à mesma criança ou jovem.

#### **i) Apensação de processos pendentes e apensação de processos findos**

Questão mais atual e paradigmática em pleno âmbito da apensação é saber se esta opera relativamente a processos pendentes ou a processos findos, ou em ambos os casos. Importa chamar à colação o artigo 81.º n.ºs 1 e 4 da LPCJP e artigo 11.º n.º 1 do RGPTC, que estipulam que a apensação respeita a processos independentemente do seu estado. O n.º 4 deste artigo não constava da Proposta de Lei n.º 339/XXI<sup>59</sup>. Uma interpretação literal desta disposição legal conduziria à obrigatoriedade de apensação de todos os processos, em qualquer estado, até arquivado, o que implicaria, igualmente, que o processo instaurado em primeiro lugar chamasse todos os que lhe seguissem, independentemente da competência territorial<sup>60</sup>.

Ao interpretarmos a norma no sentido de a apensação operar relativamente a processos findos ou arquivados, atribuiríamos a competência ao juiz onde foi instaurado o primeiro processo, concluindo que o Tribunal e juiz que decidiu o primeiro processo e, mesmo este já estando findo, continuaria a ser competente para

---

<sup>59</sup> Proposta de Lei n.º 339/XXI.

<sup>60</sup> Julieta Monginho, “Compatibilidade entre Providência tutelares cíveis e Medidas de promoção e proteção”, pág.198.

apreciar todos os processos, independentemente da residência atual da criança ou jovem. Esta solução não nos parece a melhor, visto não coadunar com critério de proximidade relativo à residência da criança ou jovem.

Importa analisar as distintas posições jurisprudenciais.

A jurisprudência a favor da apensação de processos findos ou arquivados defende que a lei não faz qualquer distinção entre processos anteriores pendentes ou findos, distinção esta que igualmente não cabe ao intérprete fazer, não sendo, por isso, obstáculo à apensação o estado em que se encontre o processo ao qual se fará a apensação<sup>61</sup>. Os processos findos ou mesmo os arquivados, contêm elementos passíveis de ser utilizados no processo em causa, evitando-se a recolha de prova e a repetição de diligências, existindo deste modo um aproveitamento de todos os elementos constantes de processos anteriores relativos à criança ou jovem.

Em sentido contrário à posição anteriormente apresentada, e no mesmo sentido da nossa, o pretendido pelo legislador foi limitar a apensação apenas a processos pendentes. Neste sentido, as expressões “quando... forem instaurados sucessivamente processos... devem os mesmos correr por apenso” (cfr. artigo 81.º n.º 1 da LPCJP), ou “se forem instaurados... é competente para conhecer de todos eles” (cfr. artigo 11.º n.º 1 do RGPTC), contém implícita a referência a processos pendentes, ainda não decididos<sup>62</sup>. Não se atribui, assim, ao regime de apensação um âmbito de tal modo amplo que também abranja processos findos e arquivados<sup>63</sup>. Embora a apensação de todos os processos tenha como objetivo a apreciação conjunta e global de todas as situações e, por conseguinte, a obtenção de uma decisão harmonizada e adequada às necessidades da criança ou jovem, essa apensação não se justifica relativamente a processos que não estejam pendentes, nos quais não haja já

---

<sup>61</sup> Cfr. Ac. TRE de 16/06/2016, proc. n.º 390/10.7TBCCH-D. E1, Relator Conceição Ferreira e Ac. TRG de 31/01/2013, proc. n.º 3281/12.1TBGMR-B. G1, Relator Maria Luísa Ramos.

<sup>62</sup> Vide Ac. TRG de 13/01/2011, proc. n.º 3357/10.1TBVCT-A. G1, Relator Canelas Brás e Ac. TRP de 18/06/2008, proc. n.º 0821954, Relator Guerra Banha.

<sup>63</sup> Cfr. Ac. TRP de 18/02/2013, proc. n.º 2724/12.0TBPVZ-A. P1, Relator Manuel Domingos Fernandes e Ac. TRC de 16/11/2004, proc. n.º 1606/04, Relator Jorge Arcanjo.

decisões a proferir<sup>64</sup>. Uma apensação de processos findos ou arquivados teria como consequência uma atribuição excessiva de competência.

Como já foi referido, a razão principal da apensação é a aquisição processual, isto é, o aproveitamento de todos os elementos que já constam do processo. “Como flui das disposições constantes dos artigos 79.º, 80.º e 81.º da LPCJP e dos artigos 154.º e 155.º da OTM, a competência por conexão constitui um desvio à regra da competência territorial e como exceção que é o seu âmbito não deve ir além das situações ali expressamente previstas”<sup>65</sup>. Pelas razões apresentadas, defendemos que reunir num só processo e perante o mesmo Tribunal ou juiz todos os processos pendentes relativos à mesma criança ou jovem, justifica-se não só ou não tanto por razões de economia processual mas sobretudo por exigência dos princípios do “interesse superior da criança e do jovem” e da “proporcionalidade e atualidade da intervenção” previstos e definidos nas alíneas a) e e) do artigo 4.º da LPCJP, e na LTE artigos 6º n.º3 e 7.º <sup>66</sup>, os quais impõem a apreciação em conjunto e de forma harmonizada e atualizada de todas as situações que justificaram a sua instauração. É neste sentido que a apensação se configura como um ato aglutinador de processos pendentes, de modo a justificar um desvio às regras de competência territorial e/ou da distribuição entre juízes do mesmo Tribunal<sup>67</sup>. As razões de utilidade e necessidade que justificam a interdependência entre processos novos e findos não se colocam no caso de um dos processos ter sido arquivado ou estar findo, não havendo que determinar a apensação de um processo novo a um processo findo ou terminado.

Em suma, a eventual necessidade e/ou utilidade para a decisão de elementos já existentes em processos findos carece sempre de uma pré-avaliação do seu conteúdo, não se assumindo com o mesmo cariz automático e necessário como ocorre entre processos pendentes<sup>68</sup>. A existir utilidade de alguns elementos que constam de

---

<sup>64</sup> Cfr. Ac. TRG de 06/10/2011, proc. n.º 1138/09.4TBGMR-B. G1, Relator Manuel Bargado e Ac. do TRL, de 11/10/2012, proc. n.º 11288/06.3TMSNT-B. L1.8, Relator Isoleta Almeida Costa.

<sup>65</sup> Vide Ac. TRC de 16/11/2004, proc. n.º 1606/04, Relator Jorge Arcanjo.

<sup>66</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.43.

<sup>67</sup> Cfr. Ac. TRP de 18/02/2013, proc. n.º 2724/12.0TBPVZ-A. P1, Relator Manuel Domingos Fernandes.

<sup>68</sup> Ibid.

processo arquivado ou findo, estes elementos podem ser juntos ao processo, através de certidão ou de avocação do próprio processo findo. De modo que não ocorrem relativamente aos processos findos as mesmas razões de utilidade e necessidade que justifiquem o desvio das regras de competência e de distribuição dos processos<sup>69</sup>, devendo a apensação operar apenas relativamente a processos pendentes.

### **3.4.4 Regras de Conexão no Processo Tutelar Educativo e Processo Tutelar Cível**

#### **i) Processo Tutelar Educativo**

As regras previstas no artigo 35.º n.º 1 da LTE, que permitem a organização de um único processo quando várias crianças ou jovens tiverem cometido um ou diversos factos na mesma ocasião ou lugar<sup>70</sup>, justificam-se nas razões de celeridade e de economia processual, permitindo uma melhor avaliação da prova, acautelando a eventual disparidade de decisões proferidas em processos distintos<sup>71</sup>. A conexão subjetiva só opera relativamente a processos que se encontrem simultaneamente na mesma fase processual.

#### **ii) Processo Tutelar Cível**

O artigo 11.º n.º 3 do RGPTC consagra as regras de atribuição de competência por conexão quanto aos processos de regulação do exercício das responsabilidades

---

<sup>69</sup> Vide Ac. TRP de 18/06/2008 proc. n.º 0821954, Relator Guerra Banha; Ac. TRP de 18/02/2013, proc. n.º 2724/12.OTBPVZ-A. P1, Relator Manuel Domingos Fernandes, Ac. do TRL, de 11/10/2012, proc. n.º 11288/06.3TMSNT-B. L1.8, Relator Isoleta Almeida Costa e Ac. do TRP, de 23/09/2008, proc. n.º 0824978, Relator Marques de Castilho.

<sup>70</sup> Aplicável quando o mesmo facto tenha sido cometido por várias crianças ou jovens em comparticipação na mesma ocasião ou lugar, sendo uns causa ou efeito dos outros, destinando-se uns a continuar ou a ocultar os outros ou ainda, quando várias crianças ou jovens tiverem cometido diversos factos reciprocamente na mesma ocasião ou lugar.

<sup>71</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág. 159.

parentais, de prestação de alimentos e de inibição das responsabilidades parentais, que correm por apenso ao processo de divórcio ou separação judicial litigiosa pendente. A razão desta apensação resulta de ligação e conexão entre as relações familiares.

A apensação só poderá ocorrer estando pendente em Tribunal processo de divórcio ou separação judicial litigiosa no momento da instauração das providências, sendo a pendência um requisito exigido pela norma. Assim, caso estejam pendentes providências tutelares cíveis e venha a ser instaurado um divórcio, este não poderá ser apensado por inexistência de fundamento legal. Resulta então que, estando pendente ação de divórcio ou separação litigiosa aquando da propositura dessas providências tutelares cíveis, estas correm por apenso àquela, não havendo lugar à distribuição, nos termos do artigo 206.º n.º1 alínea a) e n.º 2 do CPC, competindo ao Tribunal onde correr essa ação de divórcio ou separação litigiosa o seu julgamento<sup>72</sup>, mesmo que de acordo com o critério da competência territorial referida no artigo 9.º essa competência pertencesse a outro Tribunal<sup>73</sup>.

A apensação de um processo de divórcio a providências tutelares cíveis pendentes resultaria em delongas processuais e numa frustração do superior interesse da criança em causa. Ficcionemos que estamos perante um processo de regulação das responsabilidades parentais com julgamento já agendado em Lisboa, e posteriormente é dado conhecimento que foi intentado uma ação de divórcio no Porto. O processo foi remetido e, por conseguinte, marcada outra data de julgamento. Este exemplo demonstra a frustração do superior interesse da criança devido a delongas processuais e a obtenção de resultados não pretendidos pelo legislador. Ora, este é muito claro ao consagrar expressamente a apensação nos casos em que está pendente uma ação de divórcio ou separação litigiosa.

---

<sup>72</sup> José França Pitão e Gustavo França Pitão, *Processo Tutelar Cível Anotado*, pág. 37.

<sup>73</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado e Comentado*, pág. 59.

### **3.5. Competência Territorial e Competência por Conexão**

#### **3.5.1 Critério da Residência da Criança**

A regra geral é comum aos três diplomas no que diz respeito à competência territorial para conhecer dos processos respetivos, consagra o critério da residência da criança no momento da instauração do processo.

O artigo 79.º n.º 1 da LPCJP veio fixar como competente para aplicação de medidas de promoção e proteção a CPCJ ou o Tribunal da área de residência aquando da comunicação da situação (cfr. artigo 97.º n.º 1 da LPCJP) ou da instauração do processo (cfr. artigos 73.º e 106.º n.º 2 da LPCJP), criando um princípio geral de atribuição de competência.

Como já foi referido, é atribuída a competência em função da residência da criança ou jovem<sup>74</sup>, pelo que, importa, clarificar o conceito de residência.

Por residência, deve entender-se o lugar onde a criança ou jovem reside habitualmente, isto é, o local onde se encontra organizada a sua vida, em termos de maior estabilidade e permanência, onde desenvolve habitualmente o seu quotidiano, onde o mesmo se encontra radicado, independentemente de o seu domicílio legal estar situado noutra área ou em outra área morar a pessoa incumbida da sua guarda<sup>75</sup>. Este conceito não é coincidente com o domicílio legal, devendo prevalecer sobre este. O domicílio legal continua a ser o de quem possui a sua guarda ou que exerça as responsabilidades parentais, nos termos do artigo 85.º n.ºs 1 e 2 do Código Civil (CC).

A fixação através deste critério deve-se à necessidade, por parte da CPCJ ou do Tribunal, de conhecerem a situação concreta da criança ou jovem e a realidade em que se insere, facilitando a participação de todos os intervenientes e permitindo a aplicação de medidas adequadas.

---

<sup>74</sup> Cfr. Ac. TRC de 28/05/2002, proc. n.º 189/2002, Relator Serra Baptista.

<sup>75</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág. 178.

No que concerne à LTE, de acordo com o seu artigo 31.º n.º 1, é competente o Tribunal da residência da criança ou jovem, no momento de instauração do processo, isto é, a competência é aferida em função do Tribunal em que ocorreu a abertura da fase de inquérito. O critério da residência inclui ainda, para além da facilidade de participação dos intervenientes processuais, a preocupação de evitar que a criança ou jovem, por força do PTE, seja retirado do seu meio, e ainda aproximar a administração de justiça do seu destinatário<sup>76</sup>. A LTE afastou-se do critério da competência territorial do CPP “porque (...) se pretendeu aproximar a resolução dos casos que motivam a abertura de inquéritos tutelares educativos dos locais de residência dos jovens e não do local da prática dos factos”<sup>77</sup>.

Em relação ao artigo 9.º do RGPTC, o mesmo vem fixar o critério da residência da criança no momento em que a providência é instaurada, coincidindo com os critérios estabelecidos para a aplicação de medidas de promoção e proteção e medidas tutelares educativas.

#### **i) Desconhecimento da residência e Residências distintas**

Segundo o artigo 79.º n.º 2 LPCJP, em caso de desconhecimento da residência e não sendo possível determiná-la, a competência é atribuída à CPCJ ou ao Tribunal do local em que a criança ou jovem foi encontrada. No mesmo sentido, o artigo 9.º n.º 2 do RGPTC estabelece que a competência é determinada em função da residência dos titulares das responsabilidades parentais. Caso as residências sejam distintas (cfr. n.º 3) é competente o Tribunal da residência daquele que exercer as responsabilidades parentais. Em caso de exercício conjunto, é competente o Tribunal daquele com quem a criança residir, ou em situações de residência alternada, o Tribunal em que a providência tiver sido requerida em primeiro lugar (cfr n.º 4). Quando a residência da

---

<sup>76</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág. 155.

<sup>77</sup> Cfr. Ibid, pág. 155, referindo o Conflito Negativo de Competência n.º 1/2015-2016 da PGD de Coimbra, em 16/10/2015.



criança for desconhecida, é competente o Tribunal da residência dos titulares das responsabilidades parentais (cfr. n. °2).

A solução apresentada pela LTE, no artigo 31.º n.ºs 2 a 4, prevê a competência do Tribunal da residência dos titulares das responsabilidades parentais, em caso de residência da criança ou jovem desconhecida (cfr. n. °2). Se os titulares das responsabilidades parentais tiverem residências distintas, é competente o Tribunal da residência daquele que tiver a guarda, ou em caso de iguais circunstâncias, é competente o Tribunal daquele com que a criança ou jovem residir (cfr. n. °3). Em última instância, caso não esteja prevista nenhuma destas situações, é competente o Tribunal do local da prática do facto, ou não estando o local determinado, é competente o Tribunal do local onde for encontrado.

## **ii) Mudança de residência**

Se se verificar uma mudança da residência habitual da criança ou do jovem e, com ela, a alteração da competência territorial, a comunicação entre entidades torna-se mais difícil<sup>78</sup>.

Em situações de mudança de residência da criança ou jovem, o n. °4 do artigo 79.º da LPCJP vem permitir a remessa do processo para o Tribunal ou CPCJ da nova área de residência, desde que a mudança ocorra após a aplicação de medida e após um período superior a três meses. “Tem todo o sentido que a criança ou jovem que muda de residência após a aplicação de uma qualquer outra medida de promoção e proteção fique sujeito à jurisdição do Tribunal da nova residência, porque é o que está em melhores condições para avaliar e decidir sobre a manutenção, alteração, substituição ou cessação da medida”<sup>79</sup>. O legislador veio exigir um período de mudança superior a três meses com vista a obter uma situação de estabilidade no novo meio onde se

---

<sup>78</sup> Beatriz Marques Borges, *Proteção de Crianças e Jovens em Perigo comentários e anotações à Lei n. °147/99 de 1 de setembro*, 2.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2011, pág. 271.

<sup>79</sup> Ac. STJ, de 11/06/2002 proc. n.º 02B1357, Relator Quirino Soares.

insere. São cumulativamente necessários a aplicação à criança ou jovem de medida de promoção e proteção e que a mudança de residência ocorra por período superior a três meses.

Só após a aplicação de medida definitiva poderá ser modificada a competência da CPCJ ou do Tribunal, não podendo abranger medidas cautelares, sob pena de o Tribunal onde foi instaurado não concluir a instrução<sup>80</sup>. Se tal acontecesse, a remessa para o Tribunal da nova residência teria como objetivo a conclusão da fase de instrução e aplicação de medida, e não o desejado acompanhamento da execução da medida, a sua revisão ou cessação.

Importa esclarecer que a execução de medida de proteção de acolhimento não determina a alteração da residência da criança ou jovem acolhido (cfr. artigo 79.º n.º 5 da LPCJP)<sup>81</sup>.

### **3.5.2 O critério do Tribunal da criança**

A atribuição de competência por conexão constitui uma exceção à regra geral da competência territorial. A relação entre a competência territorial e competência por conexão é geradora de conflitos, cuja resolução importa desencadear. Devem existir regras claras sobre competência, de modo a evitar incidente e delongas incompatíveis com a prossecução do interesse da criança<sup>82</sup>. A competência territorial encontra-se prevista nos artigos 9.º n.º 1 do RGPTC, 79.º n.º 1 da LPCJP e artigo 31.º da LTE. A competência por conexão é prevista nos artigos 11.º n.º 1 do RGPTC, 81.º n.º 1 da LPCJP. Salienta-se o seu carácter especial e deste modo prevalecente em relação às

---

<sup>80</sup>Tomé d'Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág. 180.

<sup>81</sup> Neste sentido, decisão proferida no PA n.º 13/06 da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa; Ac. TRL de 29/09/2009, proc. n.º 1667/09.0YRLSB-7, Relator Roque Nogueira; Ac. TRP de 24/01/2012, proc. n.º 0132128, Relator Coelho da Rocha e Ac. STJ, de 11/06/2002, proc. n.º 02B1357, Relator Quirino Soares.

<sup>82</sup> Julieta Monginho, “Compatibilidade entre Providência tutelares cíveis e Medidas de promoção e proteção”, pág. 202.

regras de competência territorial, atribuindo a competência a quem já tem para conhecer o outro processo. A conexão processual mantém-se mesmo com a transição para outro Tribunal.

Atualmente, as normas levam a concluir, para alguns, que a regra excecional da competência por conexão será prevalecente ainda que o processo anteriormente instaurado já se encontre findo<sup>83</sup> e haja corrido termos em comarca diferente daquele em que, no momento, tiver sido instaurado novo processo de natureza distinta relativo à mesma criança. Não concordamos com este entendimento dado que resultaria a apensação de processos findos e também não nos parece que tenha sido a intenção do legislador permitir a apensação de processos já findos<sup>84</sup>. Estaríamos através da competência por conexão a criar uma nova regra de fixação de competência e por conseguinte um “Tribunal da criança” ou “juiz da criança”, independentemente das alterações da sua residência, contradizendo assim o disposto no artigo 79.º n. 4 da LPCJP.

Em suma, a fixação de um Tribunal para toda a infância e juventude, na nossa opinião, propicia a criação de conflitos de competência entre os Tribunais da anterior e da atual residência da criança ou jovem, causando prejuízo para o superior interesse deste, não sendo de todo essa a intenção do legislador.

Por fim, tendo por base os princípios da intervenção, a proximidade é privilegiada especialmente nos PPP e PTE, dada a participação de várias entidades da área de residência da criança. Soluções contrárias, constituem uma resposta inadequada, devido o afastamento da criança ou jovem em relação ao Tribunal que irá apreciar a situação concreta.

---

<sup>83</sup> Questão levantada no ponto 2.3.3.1. e com a qual discordamos.

<sup>84</sup> Cfr. Ana Massena, *Família e Crianças: As novas Leis - Resolução de questões práticas*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2017, pág.25. “Exmo. Presidente da Comissão Revisora, em reunião de Magistrados da área de família e crianças da PGD do Porto, realizada em 12/02/2016 afirmou que a intenção foi restringir a aplicação da regra excecional da competência por conexão aos casos em que os processos se encontram pendentes”.

## **4. Análise comparativa dos mecanismos processuais de articulação**

### **4.1 Enquadramento da questão**

A necessidade de harmonização das decisões relativas às crianças e jovens surgiu através da evolução da representação da criança ou jovem “culpado” e da criança ou jovem “vítima” para a de uma justiça “amiga” das crianças que enquadra, no presente, a intervenção judicial<sup>85</sup>.

A diferenciação entre criança ou jovem em perigo e criança ou jovem delinquente veio manifestar a necessidade de distintas intervenções, planeadas de acordo com o caso concreto.

Contudo, confrontados com estas necessidades específicas das crianças e jovens em relação aos adultos, compreendeu-se a necessidade de criação do sistema de justiça juvenil, permitindo assim a aplicação de medidas adequadas à faixa etária e fase de desenvolvimento em causa.

Atualmente, a justiça de crianças e jovens visa o desenvolvimento e efetivação dos Direitos da Criança resultantes da CDC. Esta nova conceção de justiça veio contribuir para uma nova preocupação social e por conseguinte a criação de mecanismos processuais capazes de suprir essas necessidades.

Deste modo, em face desta evolução de compreensão da necessidade de efetivação dos Direitos das Crianças e Jovens, iniciada nos finais do século XX, afigura-se justificada, para efeitos de comparação, a escolha de ordenamentos jurídicos estrangeiros com características processuais próximas do ordenamento Português.

Através da análise do funcionamento dos sistemas jurídicos Brasileiro e Espanhol será possível perceber como é que estes ordenamentos solucionam questões relativas às crianças e jovens e, deste modo, conseguiremos compreender quais das

---

<sup>85</sup> Maria João Leote de Carvalho, “Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do “menor” à “justiça amiga das crianças”, pág.13.

soluções adotadas serão mais vantajosas para uma adequada e funcional justiça juvenil.

## **4.2 Brasil**

A 10 de Outubro de 1979, surgiu o código de menores de 1979, dando continuidade ao código de 1927 e acentuado as disposições relativas ao abandono e à delinquência. Em 1979, foi criado um Código de Menores, que adotou a Doutrina Jurídica do Menor em Situação Irregular. Criando duas categorias, as crianças e os adolescentes, a considerada infância normal, com os cuidados familiares, e outro grupo seriam a população infantojuvenil de rua, incluindo os órfãos, os carentes e os infratores<sup>86</sup>. O código de menores de 1979 era caracterizado pela ausência de direitos das crianças e jovens<sup>87</sup>.

A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentou o artigo 227.º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) que estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente.

O ECA harmoniza-se com a CDC, e através deste estatuto, as crianças e jovens tornaram-se sujeitos de direitos e deveres, passando a assumir plenamente as suas responsabilidades e assim, reafirmar os seus direitos.

### **4.2.1 Âmbito**

O Estatuto da Criança e do Adolescente procura implementar a teoria da proteção integral e representa um pacto político-social que assenta em três pilares essenciais: a universalidade, ou seja, vigora para todas as crianças e adolescentes, a proteção,

---

<sup>86</sup> Elaine Marinho Faria e Maria Amélia da Silva Castro, “Maioridade Penal no Brasil e na Espanha: Um Estudo Comparativo”, E-legis, 2011, págs. 60 e 61.

<sup>87</sup> Clara R. d` Almeida Rodrigues, *A mão de Deus. A proteção de crianças em perigo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo* (tese mestrado), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas 2010, pág.40.

isto é, abrange crianças e adolescentes vitimizados, e a socio-educação, caracterizada pela reeducação das crianças e adolescentes vitimizados<sup>88</sup>. Deste modo, é possível afirmar que o ECA regula as matérias de proteção e da delinquência, elencando diversas medidas protetivas e medidas socioeducativas.

O ECA encontra-se dividido em parte geral e parte especial. Na primeira parte estão elencados os princípios norteadores do Estatuto, já na segunda parte encontra-se tipificada a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

É considerada criança a pessoa de até doze anos de idade, e adolescente aquele de idade compreendida entre doze e dezoito anos. Este Estatuto pode ser aplicável, excecionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, nas situações tipificadas (cfr. artigo 29.º do ECA).

As medidas protetivas adotadas pelo ECA visam a salvaguarda da família natural ou da família substituta (constituída por guarda, tutela ou adoção). Fazem parte do elenco de medidas protetivas estabelecido no artigo 101.º do ECA as seguintes: o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicómanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; colocação em família substituta.

Em relação à delinquência, quando uma criança ou jovem pratica um facto qualificado como crime, está sujeito ao ECA. Os crimes praticados por crianças e jovens entre os 12 anos e até aos 18 anos são denominados atos infracionais passíveis

---

<sup>88</sup> Ana Carolina Bucete Oliveira, *O problema da idade da imputabilidade penal* (tese de mestrado), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016, pág.43.

de aplicação de medidas socioeducativas (cfr. artigo 112.º do ECA)<sup>89</sup>. Estas crianças e jovens, inimputáveis (cfr. artigos 27.º do CP Brasileiro e 228.º da CRFB<sup>90</sup>), aquando da prática de algum ato infracional estão sujeitos, para além das medidas protetivas, à aplicação de medida socioeducativa pela autoridade competente, de acordo com as circunstâncias e a sua gravidade. Deste modo, caso o facto qualificado como crime tenha sido praticado por uma criança de idade inferior a 12 anos, ser-lhe-á aplicada uma medida de proteção, estabelecida no artigo 101.º do ECA.

As medidas socioeducativas estipuladas no ECA são a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a inserção em regime de semiliberdade e a internamento em estabelecimento educacional.

Em sentido diverso da LTE, o ECA estabelece medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis.

#### **4.2.2 O Conselho Tutelar**

Decorrente dos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa e da participação popular<sup>91</sup>, surgiu o Conselho tutelar. É um órgão autónomo, não jurisdicional, de natureza administrativo-contenciosa, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes (cfr. artigo 131.º do ECA).

Nos termos do ECA, é exigível no mínimo, um Conselho Tutelar por município composto por cinco membros, escolhidos pela comunidade local, regularmente eleitos e empossados, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (cfr. artigo 132.º do ECA). O Conselho Tutelar tem como função a salvaguarda dos direitos das crianças e dos adolescentes

---

<sup>89</sup> Roberto João Elias, *Comentários ao estatuto da Criança e do Adolescente*, São Paulo, Saraiva, 1994, pág.116.

<sup>90</sup> São penalmente imputáveis a partir dos 18 anos.

<sup>91</sup> Cfr. artigo 204.º n.ºs 1 e 2 CRFB.

contemplados no ECA e na CRFB. Tem ainda como atribuições a aplicação de medidas de proteção; aconselhamento dos progenitores, execução das medidas, tomar providências para que sejam cumpridas as medidas socioeducativas e dar conhecimento ao MP dos factos que constituam infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente (cfr. artigo 136.º do ECA), entre outros deveres menos relevantes para o tema em abordagem. A Lei n. º12.594 de 18 de janeiro de 2012 regulamenta a execução das medidas socioeducativas.

Com relação à resolução das questões referentes a crianças e adolescentes, com o surgimento do ECA, o juiz ficou responsável apenas pelos aspetos jurisdicionais. Em relação aos aspetos administrativos estes ficaram a cargo do Conselho Tutelar, que tem natureza administrativo-contenciosa. Antes do ECA, o Juiz acumulava as duas funções<sup>92</sup>.

#### **4.2.3 O Juiz**

O juiz, por sua vez, desenvolve os atos jurisdicionais, atuando como julgador em processos nos quais se discutem os interesses das crianças e adolescentes em situação de risco, ameaça ou quando têm seus direitos violados. Nas questões relativas à violação de direitos de crianças e adolescentes, é o Juiz quem julga os adolescentes infratores, aplicando-lhe as medidas socioeducativas adequadas, de acordo com o ECA<sup>93</sup>.

A competência cabe ao juiz (cfr. artigo 146.º do ECA), sendo determinada em função do domicílio dos pais ou representante, ou pelo lugar onde se encontre a criança ou jovem. Nos casos de atos infracionais, é competente o juiz do lugar da prática do facto, observadas as regras de conexão, continência<sup>94</sup> e prevenção (cfr. artigo 147.º n. º1 do ECA).

---

<sup>92</sup> Maria Edna Teixeira, “Criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos”, 2010, pág. 11.

<sup>93</sup> Ibid, págs.10 e 11.

<sup>94</sup> A figura da continência não existe, nem nenhum mecanismo idêntico, no ordenamento Português, sendo que a mesma ocorre quando há o concurso de duas ou mais ações parecidas, mas não idênticas, que tenham as mesmas partes e mesma causa de pedir, mas em que o pedido de uma dessas ações, é mais abrangente que o



No que concerne aos mecanismos de articulação de medidas, o ECA, como já foi referido, apenas tipifica os princípios norteadores e a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais, sendo para este feito, de acordo com o artigo 212.º do ECA, aplicáveis as normas do CPC Brasileiro.

São relevantes para o estudo comparativo, os artigos 54.º a 58.º e 286.º CPC Brasileiro, que dispõem sobre a modificação de competência.

### 4.3 Espanha

#### 4.3.1 Ley Orgánica Reguladora de la Responsabilidad Penal de los Menores

Em Espanha foi publicada a “Ley Orgánica 4/92”, reguladora da competência e do funcionamento dos Tribunais de família. Esta lei tinha algumas analogias com a nossa LTE, nos seus grandes princípios<sup>95</sup>.

Posteriormente foi publicada a “Ley Orgánica 5/2000”, de 12 de janeiro- “Ley Orgánica Reguladora de la Responsabilidad Penal de los Menores” (LORPM), tendo como princípios orientadores o superior interesse da criança ou jovem e o respeito pela CDC. É aplicável a crianças e jovens dos 14 anos aos 18 anos<sup>96</sup> (cfr. artigo 1.º n.º1 da LORPM), em sentido distinto, a nossa LTE é aplicável dos 12 aos 16 anos.

---

da outra. (cfr. artigo 56.º do CPC Brasileiro). A ação continente (aquela que tiver o pedido mais amplo) é julgada antes da ação contida (pedido menos amplo). Na ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito— sendo analisada somente a ação continente.

Se tiverem ocorrido situações em que a ação contida tiver sido julgada antes da ação continente, serão ambas reunidas para julgamento simultâneo.

A continência tem como intuito evitar decisões discrepantes em ações parecidas, e que a reunião dessas ações é feita perante o juiz do primeiro processo, Cfr. Rafael Calmon, *Direito das Famílias e Processo Civil: Interação, técnicas e procedimentos sob o enfoque do novo CPC*, São Paulo, Saraiva, 2017, págs. 287 e 288 e no mesmo sentido, Daniel Neves, *Manual de Direito Processual Civil*, São Paulo, Método, 2009, págs. 142 a 144.

<sup>95</sup> Eliana Gersão e Maria Cecília Monteiro Campos, “A Justiça reparadora e a lei tutelar educativa: princípios e práticas” in *Volume Comemorativo dos 10 anos do Curso de Pós-Graduação “Proteção de menores- Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho”*, n.º12, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pág.250.

<sup>96</sup> São penalmente imputáveis a partir dos 18 anos, cfr. artigo 19.º CP Espanhol.

Na exposição de motivos da lei em apreço, é visível a natureza formalmente penal, mas materialmente sancionatório-educativa do procedimento e das medidas aplicáveis aos jovens infratores<sup>97</sup>. É caracterizada por uma dupla natureza, dado ter vindo desenvolver uma exigência de responsabilização jurídica dos jovens e cumulativamente de natureza educativa, assegurando sempre o seu superior interesse.

No que se refere à competência, cabe ao juiz do local onde tenha sido praticado o facto (cfr. artigo 2.º n. 3 da LORPM). Já no ordenamento Português, é competente o Tribunal da residência da criança ou jovem, no momento da instauração do processo, não sendo possível obter essa informação, é competente o Tribunal da residência dos titulares das responsabilidades parentais. Caso não esteja prevista nenhuma das situações, será competente o Tribunal do local da prática do facto (cfr. artigo 31.º da LTE), identicamente ao ordenamento Espanhol. No que concerne ao “Ministerio Fiscal”<sup>98</sup> atua no sentido da promoção da justiça e defesa da legalidade, bem como dos direitos das crianças e jovens.

As medidas constantes da LORPM são: admoestação; realização de tarefas socioeducativas; prestação de serviços comunitários; convivência com outra pessoa, família ou grupo educativo; liberdade vigiada; permanência de fim de semana; assistência a um centro de dia; tratamento terapêutico; internamento em regime aberto, fechado e semiaberto.

No que toca a execução das medidas, estas realizam-se sob o controlo do juiz (cfr. artigo 44.º n. 2 da LORPM), atuando conjuntamente com as entidades responsáveis pela organização e regime de execução da medida.

---

<sup>97</sup> Boaventura de Sousa Santos (dir. cient.), “Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa”, págs. 96 e 97.

<sup>98</sup> Corresponde ao MP.

#### 4.3.2 Ley Orgánica de Protección Jurídica del Menor

Passando agora ao sistema de proteção, a modificação legal operada na “Ley Orgánica 1/1996” de 15 janeiro, através da “Ley Orgánica 8/2015” de 22 de julho e da “Ley 26/2015” de 28 de julho, trouxe algumas novidades para o regime de proteção de crianças e jovens, entre elas, o tratamento das diferentes situações de perigo.

Esta reforma assentou, de acordo com a exposição de motivos da “Ley 26/2015”, na necessidade de melhorar os instrumentos de proteção jurídica, para cumprimento efetivo do disposto no artigo 39.º da Constituição Espanhola<sup>99</sup>.

Esta reforma visou também intensificar a intervenção administrativa em matéria de proteção, em detrimento da intervenção judicial, ainda que potencie a intervenção do “Ministerio Fiscal”. No entanto, foi criticado o incentivo à intervenção do “Ministerio Fiscal” visto estes não estarem dotados dos recursos materiais e apoio técnico necessários, para desempenhar as suas funções de forma efetiva<sup>100</sup>.

No âmbito dos sistemas de promoção e proteção Espanhol e Português, Ley Orgánica de Protección Jurídica del Menor (LOPJM) e LPCJP, os princípios norteadores da atuação das entidades com competência para intervir em situações de desproteção, é semelhante em ambos os ordenamentos, em respeito pelo direito internacional e europeu sobre a temática<sup>101</sup>. É possível verificar que ambos os países atribuem tarefas protetoras às entidades de 1.ª linha (cfr. artigo 17.º n.º 3 da LOPJM) surgindo a intervenção judicial como último recurso, por respeito ao princípio da subsidiariedade.

---

<sup>99</sup> Esta norma estabelece a obrigação dos poderes públicos assegurarem a proteção social, económica e jurídica da família, em especial dos menores de idade, em conformidade com os instrumentos internacionais que zelam pelos seus direitos.

<sup>100</sup> Teresa Vicente Calvo, “La nueva regulación de la guarda y de las situaciones de riesgo tras la modificación de la LO 1/1996. Artículo 22 quáter LOPJM. Otros temas”, Madrid, Centro de Estudios Jurídicos, 2016, pág.4.

<sup>101</sup> Cláudia Sofia Antunes Martins, “Os sistemas legais Português e Espanhol de proteção da infância e juventude: Notas comuns e dissonantes e análise crítica”, Revista Lex Familiae, nº23 a 26, ano 12 e 13, 2015-2016, pág. 43.

Na LOPJM não se encontra estipulada a competência do Tribunal para apreciar o processo, como previsto no âmbito do LORPM no artigo 2.º. Deste modo, temos que recorrer às normas gerais. O artigo 158.º do CC Espanhol refere a competência do juiz para ditar as disposições que considere oportunas para proteger a criança de uma situação de perigo ou prejuízos para esta.

#### **4.4 Grelha Comparativa**

Explicados os principais traços caracterizadores da justiça juvenil do ordenamento jurídico Espanhol e Brasileiro, passemos agora à comparação dos mesmos no que toca aos mecanismos processuais de articulação entre processos relativos às crianças ou jovens.

A ausência de um método de comparação aplicável à microcomparação justifica a utilização de uma grelha comparativa por se tratar de um modelo que, de acordo com a doutrina<sup>102</sup>, é aplicável à comparação jurídica. Essa grelha comparativa inclui no *eixo sintagmático* os aspetos a comparar enquanto o *eixo paradigmático* identifica os ordenamentos jurídicos que servem de base à comparação.

Os aspetos a comparar nos ordenamentos jurídicos selecionados correspondem aos critérios: Conjugação das decisões; Apensação de Processos; Competência Territorial e Competência por Conexão.

---

<sup>102</sup> Carlos Ferreira de Almeida e Jorge Morais Carvalho, *Introdução ao Direito Comparado*, 3.ª edição, Coimbra, Almedina, 2015, págs. 29 e 30.

<b>Ordens Jurídicas</b>	<b>Conjugação das decisões</b>	<b>Apensação de processos</b>	<b>Competência Territorial</b>	<b>Competência por conexão</b>
<b>Portugal</b>	<p>-As decisões proferidas no âmbito do PPP e PTC devem conjugar-se entre si, tendo em conta o superior interesse da criança;</p> <p>-Estas decisões devem conjugar-se com as proferidas no PTE.</p>	<p>-Devem correr por apenso os PPP, PTE e PTC relativos à mesma criança ou jovem;</p> <p>-É competente o juiz do processo instaurado em primeiro lugar.</p>	<p>-É competente o Tribunal da residência da criança no momento da instauração;</p> <p>-Em caso de desconhecimento, é competente o Tribunal da residência dos titulares das responsabilidades parentais;</p> <p>-E não sendo possível, é competente o Tribunal do local da prática do facto.</p>	<p>-Prevalecente em relação às regras de competência territorial, atribuindo a competência a quem já tem para conhecer o outro processo;</p> <p>-A conexão processual mantém-se mesmo com a transição para outro Tribunal.</p>

<b>Brasil</b>	-Julgamento conjunto dos processos que podem gerar decisões contraditórias ou conflituantes, em caso de decisão separada, não sendo necessária a existência de conexão nos demais casos.	-	-A competência é determinada em função do domicílio dos pais ou representante, ou pelo lugar onde se encontra a criança ou jovem.	-A competência relativa pode modificar-se pela conexão;  -São distribuídos por dependência os processos que se relacionem por conexão com outro processo a correr termos;  -As ações conexas <sup>103</sup> são reunidas para decisão conjunto, exceto se um deles já estiver decidido.
	-	-	-É competente o Tribunal do local da prática do facto (LORPM);  -Não existe norma no âmbito da LOPJM.	-O “Ministerio Fiscal” instaura um procedimento por cada facto qualificado como crime, salvo quando se trate factos conexos.

<sup>103</sup> De acordo com o artigo 103.º do CPC Brasileiro “Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir”. A doutrina maioritária e a jurisprudência dão maior amplitude ao conceito do que o previsto no CPC Brasileiro, cfr. Fredie Didier Jr., *Curso de Direito Processual Civil*, 14.ª edição, volume I, Salvador, JusPodium, 2012, pág. 167 e no mesmo sentido, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*, São Paulo, RT, 2008, pág.163.

<b>Espanha</b>				<p>-Caso os factos atribuídos ao jovem tenham sido praticados em diferentes territórios, são julgados em unidade de expediente.</p> <p>-Não existe norma no âmbito da LOPJM.</p>
----------------	--	--	--	--

Esta comparação permite concluir que, apesar da matriz jurídica comum, os mecanismos existentes não são totalmente coincidentes.

Em qualquer das ordens jurídicas analisadas, é competente o Tribunal da residência da criança ou jovem, da residência dos progenitores ou de quem exerce as responsabilidades parentais e, em última instância, do local da prática do facto ou onde a criança ou jovem foi encontrado. Importa clarificar que, no regime normativo Espanhol, apenas se encontra contemplada a regra da competência territorial no âmbito do artigo 2.º da LORPM, sendo competente o juiz do local da prática do facto. Deste modo, não existe norma no âmbito da LOPJM que estipule a competência territorial no âmbito das situações de perigo, tal como acontece no ordenamento Português, disposto nos artigos 79.º da LPCJP, artigo 31.º e artigo 9.º do RGPTC, e no Brasileiro, disposto no artigo 146.º do ECA.

Como elemento comum a todas as ordens jurídicas analisadas, é a existência da atribuição de competência por conexão.

O predomínio da competência por conexão revela um âmbito mais restrito no ordenamento Brasileiro do que no nosso ordenamento jurídico, considerando-se no

ordenamento Brasileiro que a conexão tem por base a relação jurídica em causa, ou seja, a atribuição de competência por conexão resulta do vínculo de semelhança existente entre as relações de direito que constituem o processo<sup>104</sup>. Não é correto, na perspectiva deste ordenamento, afirmar que a economia processual ou a necessidade de se evitar julgamentos contraditórios são causas de conexão, mas sim o vínculo de semelhança entre as relações de direito que constituem o processo<sup>105</sup>. Esta necessidade de ligação e conexão entre as relações familiares, encontra-se também prevista no artigo 11.º n. 3º do RGPTC. Relativamente às razões de economia processual, contrariamente ao estipulado no ordenamento Brasileiro, em Portugal, as regras previstas no artigo 35.º n.º 1 da LTE justificam-se por razões de celeridade e de economia processual, permitindo uma melhor avaliação da prova, acautelando a eventual disparidade de decisões proferidas em processos distintos<sup>106</sup>.

Assim, podemos concluir que, nos ordenamentos em análise, a conexão tem como principal efeito gerar a reunião de processos para julgamento em conjunto, com a consequente modificação da competência territorial, nos termos dos artigos 105.º e 286.º do CPC Brasileiro, 20.º n. 3º da LORPM, 81.º n. 1º da LPCJP, 11.º n. 1º do RGPTC e 35.º n. 1º da LTE.

Relativamente à conjugação de decisões, este princípio apenas vigora nos ordenamentos Brasileiro e Português, de onde resulta a ideia de julgamento conjunto dos processos que possam gerar decisões discordantes ou conflituantes, ou seja, a conjugação destas decisões, nos termos dos artigos 55.º n. 3º do CPC Brasileiro e 27.º do RGPTC e 43.º da LTE.

Contudo, em nenhuma das ordens jurídicas objeto da análise comparativa, é apresentado o critério da apensação de processos existente na ordem jurídica Portuguesa, decorrente dos artigos 80.º e 81.º da LPCJP e artigo 11.º do RGPTC.

---

<sup>104</sup> Olavo de Oliveira Neto, *Conexão por prejudicialidade*, São Paulo, RT, 1994, págs. 64 e 65.

<sup>105</sup> Ibid, pág.65.

<sup>106</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.159.



## **5. Harmonização e Compatibilização entre medidas**

### **5.1 A importância da harmonização**

Como tem vindo a ser demonstrado, o direito das crianças e jovens só se atinge com a interiorização de que o sucesso ou insucesso da intervenção, no seu todo, depende de um grau de íntima ligação dos procedimentos, das ferramentas, dos instrumentos e das decisões, sejam estas provisórias ou definitivas<sup>107</sup>. A visão unitária da criança e jovem exige que haja articulação entre as várias medidas aplicadas ou que venham a ser aplicadas, harmonizando-se entre si<sup>108</sup>.

Separar o que era distinto foi o ponto de partida da formulação da LTE e LPCJ, mesmo que os pontos de contacto e pontes pudessem e devessem existir entre as duas formas processuais<sup>109</sup>. Tentou-se através destas leis criar uma fronteira entre a criança e jovem em perigo e a criança e jovem infratora, visto cada caso carece de diferentes soluções legais.

As finalidades visadas embora distintas, não são contrárias entre si, antes complementares<sup>110</sup>. Logo, importa clarificar que a separação entre estas duas tipologias não é estanque, dado que um jovem apesar de praticar um facto qualificado como crime, poderá estar simultaneamente numa situação de perigo e/ou de destruturação familiar. Por serem comuns situações em que a mesma criança ou jovem está sujeito a PPP, PTC e PTE, em simultâneo, as respetivas decisões nunca poderiam ser distintas, menos ainda contraditórias, pelo que se exige, então a concordância entre aquelas para que a intervenção seja coerente. A harmonização entre as decisões requer uma apreciação global sobre o estado da criança e jovem.

---

<sup>107</sup> Chandra Gracias, “A visão e decisão integradas da situação da criança- A compatibilidade entre a tutela de proteção e a tutela educativa”, Revista do CEJ n. °2, 2.º semestre, 2017, pág.171.

<sup>108</sup> Helena Bolieiro e Paulo Guerra, *A criança e a família- Uma questão de Direito(s): Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e dos jovens*, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pág.164.

<sup>109</sup> Ibid, pág.163.

<sup>110</sup> Anabela Raimundo Fialho e Belmira Raposo Felgueiras, “A intervenção protetiva e a intervenção tutelar- caminhos que se cruzam”, Revista Julgar n. °24 ,2014, pág.93.

É notório que o legislador procurou manter alguma ligação entre os três processos/medidas neles decretadas, quer através do princípio da harmonização e da conjugação das decisões, quer pela obrigatoriedade de apensação, ou seja, caso existam simultaneamente providência cíveis, medidas de promoção e proteção e medidas tutelares educativas, independentemente de serem definitivas ou provisórias, estas devem conjugar-se. Esta harmonização é fundamental para a salvaguarda do superior interesse da criança ou jovem e, conseqüentemente para o sucesso da intervenção.

A cultura da harmonização já tem revelado alguns progressos, mas ainda claramente insuficientes em vários domínios, nomeadamente da cultura, da política, da estratégia e do funcionamento articulado e integrado das várias instituições e serviços que o sistema convoca para a sua realização concreta<sup>111</sup>.

## **5.2 Harmonização do Processo Tutelar Educativo e Processo Promoção e Proteção**

Como já foi referido, a intervenção tutelar educativa pode ocorrer conjugadamente com a intervenção protetiva, visto que uma criança ou jovem em perigo, também pode praticar factos qualificados como crime, o que exige uma correta articulação entre as medidas a aplicar às crianças ou jovens. A questão que pretendemos solucionar é como deverá ocorrer a referida articulação, dado os seus objetivos e atuações serem distintas.

A intervenção protetiva exige a verificação de uma situação de perigo, definida no artigo 3.º da LPCJP. Com esta intervenção é pretendido afastar o perigo a que as crianças e jovens se encontram expostos e proporcionar-lhes a proteção. A atuação das diversas entidades no âmbito desta intervenção visa atingir a proteção destas crianças e jovens. Como é sabido, a intervenção tutelar educativa visa objetivos

---

<sup>111</sup> Armando Leandro, “O papel do sistema de promoção e proteção das crianças em Portugal- o definitivo balanço de 14 anos de vigência”, pág.228.

distintos, mas muitas vezes complementares aos da intervenção protetiva. Esta intervenção é adequada quando tenha ocorrido uma situação desviante por parte de uma criança ou jovem, que torne clara a rutura com elementos nucleares da ordem jurídica<sup>112</sup>. Esta ocorrência de uma situação desviante legitima o Estado para uma intervenção educativa e responsabilizadora da criança ou jovem.

Por estas razões, é defendido que a intervenção tutelar educativa necessita de uma adequada articulação com a intervenção protetora decorrente da LPCJP, cujas orientações comuns pressupõem igualmente uma abordagem multidisciplinar e multi-institucional, a necessidade de envolvimento no processo e na execução das medidas e uma forte aposta na prevenção e na intervenção educativa na comunidade onde está inserida a criança ou jovem<sup>113</sup>.

Resulta do artigo 43.º n. 3 da LTE que as decisões proferidas que decretem medidas ou providências de qualquer natureza relativamente à mesma criança ou jovem devem articular-se com as proferidas no âmbito do PTE. Assim é visível que existe um *prius* metodológico do PTE face a outros processos de natureza protetiva ou de natureza cível, sempre que concorrem na vida de uma criança ou jovem<sup>114</sup>. Isto é, perante a multiplicidade de intervenções deverá sempre prevalecer a que visa a finalidade mais imediata, ou seja, a intervenção tutelar educativa. Assim, as medidas aplicadas devem harmonizar-se procurando manter os objetivos que cada uma delas visa e, em caso de conflito, deverá prevalecer a medida tutelar educativa, dado a sua finalidade ser mais imediata. Este critério não é totalmente aceite, sendo apresentadas duas opiniões distintas aquando da multiplicidade de intervenções, a primeira é que deverá prevalecer sempre o superior interesse da criança e a segunda é que deverá prevalecer a medida tutelar educativa, ou seja, medida com a finalidade mais imediata. Importa explicar o raciocínio desenvolvido. O artigo 3.º da CDC divide-se em dois critérios, o critério orientador das decisões judiciais e o critério orientador

---

<sup>112</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.19.

<sup>113</sup> António José Fialho, “A Primeira Revisão Tutelar Educativa”, pág.235.

<sup>114</sup> Helena Bolieiro e Paulo Guerra, *A criança e a família- Uma questão de Direito(s): Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e dos jovens*, pág.164.

das políticas dos Estados-Membros. Resulta desta norma que todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse e que o Estado deve garantir à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela não tenham capacidade para o fazer. Por um lado, o superior interesse da criança é um princípio orientador da intervenção no sistema de justiça juvenil e, por outro, resulta da lei que todas as medidas aplicadas deverão articular-se com a medida tutelar educativa. No nosso entender, o legislador através deste critério pretendeu dar prevalência à medida tutelar educativa, considerando o superior interesse da criança como um critério orientador do sistema de justiça juvenil, nos termos do artigo 3.º CDC, mas que o pretendido foi a atribuição de um *prius* metodológico ao PTE face aos outros processos, tendo como ideia base que uma criança ou jovem de bem com o direito mais facilmente se desvia de uma situação de perigo. Em suma, acreditamos que deverá sempre prevalecer o PTE dado a sua finalidade imediata, como consagrado na lei, acabando pela defesa do superior interesse, como princípio da intervenção, por estar sempre inerente em todas as decisões.

#### **i) Acolhimento residencial e Internamento em centro educativo**

Exemplo desta necessidade de harmonização e compatibilização de medidas é o caso do decretamento da medida tutelar educativa de internamento em centro educativo aquando de uma anterior sujeição à medida de promoção e proteção de acolhimento residencial.

Visando a medida tutelar educativa de internamento a educação da criança ou jovem para o direito e a sua inclusão na comunidade, a execução desta prevalece sobre a medida de promoção e proteção de acolhimento residencial aplicada em momento anterior. Deste modo, ocorre uma inviabilização da medida de acolhimento residencial, enquanto a medida de internamento em centro educativo estiver em execução. Assim, o início da execução de uma medida tutelar educativa impõe a

revisão da medida de promoção e proteção em execução, devendo analisar-se a necessidade da sua continuação.

Recorrendo ao artigo 62.º n. 3 alínea a) e 5 da LPCJP, caso seja confirmada a desnecessidade da continuação da medida de promoção e proteção, deve cessar-se a sua execução. A cessação da medida, antes de decorrido o período de duração fixado, só deverá ser decretada desde que se revele desnecessária a sua continuação, ou seja, desde que se mostre afastada a situação de perigo em que se encontrava a criança ou jovem aquando da intervenção<sup>115</sup>.

A questão colocada reside em saber se o início de execução da medida tutelar educativa de internamento impõe a revisão da medida protetiva de acolhimento institucional e se deverá ser decidida a cessação de tal medida, na consideração de ser desnecessária a respetiva continuação. Embora uma primeira aproximação à questão possa apontar para uma resposta afirmativa, razões de economia processual a tal parecem obstar<sup>116</sup>.

Na nossa opinião, a cessação da medida de promoção e proteção de acolhimento residencial resultante da aplicação e conseguinte execução da medida tutelar educativa de internamento, traduz-se numa decisão incorreta e, só por si prematura<sup>117</sup>. É esta a prática de muitos juízos de família e menores e com a qual não concordamos por não respeitar o superior interesse da criança e jovem e os objetivos visados por estas intervenções.

Como é sabido, a medida de internamento tem a sua duração máxima, dependendo do regime, prevista no artigo 18.º da LTE. Assim, existe uma necessidade de avaliação da continuação de existência ou não da situação de perigo que levou à aplicação da medida de acolhimento residencial, dado que findo o internamento, a

---

<sup>115</sup> Tomé d'Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág.151.

<sup>116</sup> Cfr. Orientações 4º Encontro de Magistrados da Jurisdição de Família e Menores do Distrito de Lisboa, organizado pela Procuradoria-Geral Distrital, dezembro 2010.

<sup>117</sup> Maria Helena Cunha Pires, "Caso 4" in *7.ª e 8.ª Bienais de Jurisprudência de Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra, Petrony, 2018, pág.130.

criança ou jovem em causa necessita de condições adequadas para o seu crescimento e desenvolvimento.

Defendemos então que, com o início da execução da medida tutelar educativa de internamento, é impossível a manutenção da medida de acolhimento residencial, devendo ocorrer a suspensão da instância<sup>118</sup> (cfr. artigo 276.º n. º1 alínea c) do CPC) da medida de acolhimento residencial, durante a execução da medida de internamento educativo, contrariamente à cessação da medida de promoção e proteção.

Durante o internamento em centro educativo são elaborados periodicamente relatórios sobre a execução da medida, que são remetidos obrigatoriamente ao Tribunal antes da cessação do internamento (cfr. artigo 154.º n. º4 da LTE). Estes relatórios permitirão aferir a necessidade da continuidade da medida de acolhimento residencial e harmonização destes processos apensos.

Finda a execução da medida de internamento, e salvo a ocorrência de outros factos, o MP deverá pronunciar-se sobre a necessidade de ser retomada a medida de acolhimento residencial.

Neste sentido e sustentando a nossa opinião, foi proferida, na sequência do 4º Encontro de Magistrados da Jurisdição de Família e Menores do Distrito de Lisboa (2010), a seguinte orientação:

“Iniciada a execução de medida tutelar educativa de internamento de um jovem, deverá declarar-se a insusceptibilidade de execução da medida de promoção e proteção de acolhimento residencial que anteriormente relativamente ao mesmo haja sido decretada, enquanto tal internamento perdurar, com a correspondente suspensão da instância (cfr. art.276º. nº.1 alínea c) do CPC) pelo período no decurso do qual tiver lugar a execução da referida medida tutelar educativa.

---

<sup>118</sup> Júlio Barbosa e Silva, *Lei Tutelar Educativa Comentada- No âmbito das principais orientações internacionais da jurisprudência nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, pág.149.

Finda esta e salvo a ocorrência de factos novos que a tal obstem, deverá o MP pronunciar-se no sentido de ser retomada a execução da medida de promoção e proteção de acolhimento residencial”<sup>119</sup>.

## **ii) A supervisão intensiva e o acompanhamento pós-internamento**

A prevalência da medida tutelar educativa em caso de múltiplas intervenções, não é a única hipótese prática para a harmonização e compatibilização de todas as decisões. São apresentadas outras soluções nos artigos 158.º-A e 158.º-B da LTE.

A revisão da LTE, em 2015, introduziu estes dois novos mecanismos com o intuito de criar um processo de transição graduado do centro educativo para o exterior.

A supervisão intensiva consiste na introdução de um período de supervisão no termo da medida de internamento, correspondendo à aplicação de uma medida não institucional com o objetivo de avaliar ainda em sede tutelar educativa, a eficácia da medida institucional<sup>120</sup> e apoiar a transição da criança e jovem para a comunidade. A eficácia é avaliada através do nível de competência adquiridas e interiorizadas durante o internamento, tendo sempre por referência o facto praticado, competências necessárias para a vida em comunidade, onde serão realmente exercidas e colocadas à prova.

Embora a lei não especifique em que casos de internamento deve existir período de supervisão intensiva, deixando tal matéria ao critério decisório do Tribunal, estabelece, contudo, um requisito: o jovem há de ter adquirido competências de natureza integradora em meio institucional, com impacto no seu comportamento social e pessoal, que importe testar em ambiente livre<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> Vide Orientações 4º Encontro de Magistrados da Jurisdição de Família e Menores do Distrito de Lisboa, organizado pela Procuradoria-Geral Distrital, dezembro 2010.

<sup>120</sup> António José Fialho, “A Primeira Revisão Tutelar Educativa”, pág.253.

<sup>121</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.459.

A supervisão intensiva, como medida não institucional, é executada em meio natural de vida ou em casa de autonomia. A medida tem um período mínimo de duração de três meses e máximo de um ano, período que, porém, não pode ultrapassar metade do tempo de duração do internamento (cfr. artigo 158.º-A n.ºs 3 e 4 da LTE). Durante este período, o Tribunal pode sujeitar a criança ou jovem ao cumprimento de obrigações, e/ou impor-lhe regras de conduta, nos termos configurados para a medida tutelar de acompanhamento educativo.

O período de supervisão intensiva é da responsabilidade da DGRSP (artigos 158.º-A n.ºs 5 e 8 da LTE). Para este efeito, prepara e executa um plano de reinserção social, em colaboração com a criança ou jovem e os seus progenitores ou outras pessoas de referência. A DGRSP deve avaliar as condições de integração da criança ou jovem no seu meio de vida, e se necessário promover a instauração de um PPP junto da CPCJ territorialmente competente<sup>122</sup>. Para esta avaliação, a DGRSP remete ao Tribunal relatórios trimestrais (cfr. artigo 158.º-A n.º 9 da LTE). O Tribunal pode, em função das informações contantes do relatório, continuar a optar pelas soluções previstas no artigo 139.º n.ºs 1 e 2 da LTE<sup>123</sup> que se mostrem adequadas e compagináveis com a supervisão intensiva<sup>124</sup>.

Quer isto dizer que, caso o jovem respeite a execução da medida, esta é extinta, mas se violar a regras de conduta ou obrigações impostas, pode ser determinado o incumprimento da medida tutelar de internamento pelo tempo da medida que falta cumprir<sup>125</sup>.

Não sendo determinado período de supervisão intensiva, cessada a medida de internamento, a DGRSP acompanha o regresso da criança ou jovem à liberdade. Trata-se do acompanhamento pós- internamento constante do artigo 158.º-B da LTE.

---

<sup>122</sup> Maria João Leote de Carvalho, “La intervención com menores en desprotección y conflicto con la ley- Portugal” in *La intervención comparada con menores en desprotección y en conflicto con la ley en diferentes países*, Madrid, Dykinson, S.L., 2016, pág.284.

<sup>123</sup> Revisão da medida de internamento.

<sup>124</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.460.

<sup>125</sup> António José Fialho, “A Primeira Revisão Tutelar Educativa”, pág.254.



A medida de acompanhamento pós-internamento corresponde a um mecanismo para assegurar a transição correta da criança ou jovem para o seu meio natural de vida. É utilizada nas situações em que não foi aplicada medida não institucional após o internamento educativo, mas a criança ou jovem ainda carece de proteção no retorno ao meio natural de vida. As interrogações levantadas no momento de saída giram fundamentalmente em torno de duas opções: retorno ao meio de origem, que tendencialmente se mantém com os mesmos problemas anteriores ao internamento, ou a sua autonomização<sup>126</sup>.

O retorno da criança ou jovem após o internamento em centro educativo é dos momentos mais delicados, visto constituir um momento de rutura, por ser o seu regresso ao meio/contexto onde praticou o facto ilícito que levou à aplicação da medida de internamento em centro educativo, podendo reativar momentos anteriores do seu trajeto. Se esta criança ou jovem, que durante o internamento esteve sujeito a um conjunto de regras/práticas e horários, regressar ao seu contexto de origem sem uma transição adequada, dado que muitos das crianças e jovens acolhidos não têm referências positivas da infância que remetam para modelos de adultos na família com estas características<sup>127</sup> poderá sofrer-se uma frustração dos objetivos atingidos e pretendidos com o internamento. A saída do centro educativo deve ser trabalhada desde o início sempre que a criança ou jovem não beneficie de uma adequada base familiar, visto que são os pais ou cuidadores os seus agentes de socialização e com quem estas crianças ou jovens mais se identificam<sup>128</sup>.

O acompanhamento pós-internamento, aditado à LTE, resulta da insuficiência de articulação entre a intervenção tutelar educativa e a intervenção protetiva<sup>129</sup>. Prevê-

---

<sup>126</sup> Maria João Leote de Carvalho, “Dinâmicas e desafios na aplicação da medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo em Portugal”, pág.326.

<sup>127</sup> Maria João Leote de Carvalho e Hugo Cruz, “Transições juvenis num contexto de (pós-) acolhimento” in *Transições- Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015, pág. 5.

<sup>128</sup> Maria Salvaterra, “Perturbações do comportamento, funcionamento familiar e práticas educativas parentais em jovens delinquentes”, Ousar Integrar- Revista de reinserção social, n. °10, 2011, pág. 33.

<sup>129</sup> Cfr. Amélia Sineiro Andrade e Margarida Santos, “A Lei n. °4/2015, de 15/1, e as alterações introduzidas na Lei Tutelar Educativa- uma primeira leitura”, *Scientia Iuridica*, n. °339, 2015, pág. 346. “A

se que, cessada a medida de internamento, a DGRSP acompanhe o regresso do jovem à liberdade, avaliando as condições de integração e propondo fundamentadamente, se necessário, junto da CPCJ competente a instauração de um PPP, dando conhecimento dessa atuação ao MP<sup>130</sup>. A instauração de PPP ou a comunicação a processo já existente pela DGRSP só deverá ocorrer se se verificar uma situação de perigo, nos termos do artigo 3.º n.º 2 da LPCJP. Imaginando, um jovem, que já esteve sujeito à medida de internamento educativo ou a uma medida tutelar educativa não institucional, e que continue sem condições adequadas no seu meio natural de vida, a instauração de um PPP ou a comunicação a um existente, poderá promover a sua autonomia de vida. Noutras faixas etárias, esta articulação entre PTE e PPP poderá culminar em medidas protetivas no seu meio natural de vida<sup>131</sup>.

Se o MP concordar com a intervenção da CPCJ, deve abster-se de tomar alguma iniciativa, devendo apenas acompanhar a situação. Em caso contrário, discordando da proposta da CPCJ e, caso considere necessária a instauração de PPP judicial, deverá comunicar tal necessidade à CPCJ e esta deverá abster-se de qualquer intervenção. Em caso de desacordo entre MP e CPCJ, o MP pode requerer a apreciação judicial da deliberação (cfr. artigo 76.º da LPCJP).

Daqui resulta que o acompanhamento pós-internamento tem por base uma grande necessidade de articulação entre a DGRSP, CPCJ e Tribunal, visto que todas elas possuem informações relevantes sobre a personalidade, características, competências e necessidades da criança ou jovem<sup>132</sup>, essenciais para a instauração de um PPP, em caso de existência de uma situação de perigo

Deste modo, a transição para o meio de vida deve ser faseada e constituída por reforço social e familiar, que permita a criança ou jovem constituir uma retaguarda

---

visão global da criança ou do jovem exige a intercomunicabilidade entre a LTE e a LPCJP. No entanto, a prática nem sempre tem conseguido o desejado cruzamento.”

<sup>130</sup> Ibid.

<sup>131</sup> Chandra Gracias, “A visão e decisão integradas da situação da criança- A compatibilidade entre a tutela de proteção e a tutela educativa”, págs. 188 e 189.

<sup>132</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.466.

relacional. Logo, a saída do centro educativo e a fase pós-internamento têm que ser entendidas como uma experiência integradora em construção, leva à recriação permanente de experiências pessoais, gerida em torno de expectativas e possibilidades relativamente ao seu futuro<sup>133</sup>.

Em suma, o período de supervisão intensiva corresponde à execução de parte da medida de internamento, em situação de liberdade. A situação de liberdade do jovem passa por colocá-lo no seu meio natural de vida ou em casa de autonomia, de acordo com o plano elaborado pela DGRSP, não podendo ultrapassar metade do tempo de duração da medida de internamento. Este período de supervisão serve para testar as competências adquiridas pelo jovem durante o internamento. Relativamente ao acompanhamento pós-internamento, este ocorre após a cessação da medida de internamento, onde a DGRSP acompanha o regresso do jovem à vida em liberdade.

### **iii) Arquivamento do Processo Tutelar Educativo**

Em qualquer fase do PTE, nomeadamente em caso de arquivamento, o MP participa às entidades competentes a situação da criança ou jovem que careça de proteção (cfr. artigo 43.º n. º1 alínea a) da LTE). Assim, podemos afirmar que nesta alínea está implícito um encaminhamento, por parte do MP, da criança ou jovem para a instância de promoção e proteção, onde caberá às CPCJ ou aos Tribunais a atuação necessária. Então, com este encaminhamento, o ciclo de comunicabilidade que tinha iniciado no PTE virá a culminar com a instauração ou a reabertura de um PPP, processados por apenso<sup>134</sup>.

Podemos utilizar como o exemplo, o caso de um jovem internado em centro educativo, o qual finda a medida tutelar educativa, pretende continuar neste centro

---

<sup>133</sup> Maria João Leote de Carvalho e Hugo Cruz, “Transições juvenis num contexto de (pós-) acolhimento”, págs. 8 e 9.

<sup>134</sup> Chandra Gracias, “A visão e decisão integradas da situação da criança- A compatibilidade entre a tutela de proteção e a tutela educativa”, pág. 186.

por não ter um local para viver. Como é sabido, a continuação no centro educativo, para além da duração imposta, é proibido<sup>135</sup>. Para melhor solucionar esta questão, este jovem, ainda durante o decorrer da medida, teria que ter sido sinalizado à CPCJ ou Tribunal, sendo aplicada se necessário, uma medida de promoção e proteção provisória em qualquer fase do PTE<sup>136</sup> (cfr. artigo 43.º n. 2 da LTE).

#### **iv) Aplicação provisória de medida de proteção no Processo Tutelar Educativo**

A LTE prevê, no seu artigo 43.º n. 2, que, em caso de urgência, as medidas de proteção, referidas na alínea c) do n. 1, podem ser decretadas provisoriamente em qualquer fase do PTE, sendo competente o MP e o juiz, em função da fase processual em causa.

Estas medidas de proteção têm cariz provisório dada a especificidade da intervenção e das respostas que devem ser dadas pelas entidades, caducando no prazo de um mês se não forem confirmadas em ação própria<sup>137</sup>.

Este mecanismo de aplicação provisória de medidas de proteção no PTE, em caso de urgência, tem tido pouca utilização na prática judiciária<sup>138</sup>. Isto porque o MP entende que a solução atingida com o PPP (cfr. artigo 37.º LPCJP), permite atingir de forma mais eficaz o fim da proteção imediata<sup>139</sup>.

---

<sup>135</sup> Júlio Barbosa e Silva, *Lei Tutelar Educativa Comentada- No âmbito das principais orientações internacionais da jurisprudência nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, pág. 148.

<sup>136</sup> Questão analisada no ponto seguinte.

<sup>137</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.182.

<sup>138</sup> Helena Bolieiro, “Perigo e Delinquência: intervenção precoce e articulação entre sistemas”, Ousar Integrar- Revista de reinserção social, n. 7, 2010, pág. 83.

<sup>139</sup> Júlio Barbosa e Silva, *Lei Tutelar Educativa Comentada- No âmbito das principais orientações internacionais da jurisprudência nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, pág.150.

#### **v) A medida cautelar de guarda em instituição pública ou privada**

A medida cautelar de guarda da criança ou jovem em instituição pública ou privada, contemplada no artigo 57.º b) da LTE, consiste na confiança do mesmo a uma instituição diversa do Centro Educativo, vocacionada para receber crianças e jovens em conflito com a lei, designadamente no âmbito da promoção e proteção<sup>140</sup>. Os objetivos desta medida são distintos dos objetivos das medidas de promoção e proteção.

Nos casos em que a criança ou jovem que praticou o facto ilícito, já se encontrar sujeita à medida de promoção e proteção de acolhimento residencial, não é possível a aplicação desta medida cautelar. A impossibilidade de aplicação da medida cautelar de guarda em instituição pública ou privada deve-se, na maioria das vezes, à prática do facto ilícito ter sido cometido contra as pessoas ou bens da instituição onde a criança ou jovem se encontra acolhido.

Esta medida é de rara aplicação pela inexistência de instituições públicas ou privadas que acautelem as finalidades prosseguidas pelas medidas cautelares<sup>141</sup>.

### **5.3 Harmonização do Processo Tutelar Educativo e Processo Tutelar Cível**

Em qualquer fase do PTE, nomeadamente no arquivamento, o MP pode tomar as iniciativas processuais que se justificarem relativamente ao exercício ou ao suprimento das responsabilidades parentais (cfr. artigo 43.º n.º 1 b) da LTE). Em certos casos, a intervenção protetiva, em pleno PTE ou em caso de arquivamento deste, não é a mais adequada, dado que para esta ocorrer é necessário que estejamos perante uma criança ou jovem em situação de perigo. Muitas das vezes, é necessária uma intervenção distinta da protetiva, a intervenção tutelar cível, adequada a situações relativas ao exercício das responsabilidades parentais ou inibição deste

---

<sup>140</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.222.

<sup>141</sup> Ibid.

exercício. Para melhor compreendermos a questão, importa apresentar um exemplo prático. No caso de um jovem de 14 anos, finda a execução da medida tutelar educativa de internamento, é verificado que não é adequado para este voltar a viver com os pais, visto que os seus progenitores se comportam de forma grave e irreversível, devendo ser inibidos do exercício das responsabilidades parentais sobre o filho. O MP, nos termos do artigo 43.º n.º 1 b) da LTE e artigo 52.º do RGPTC requer a inibição das responsabilidades parentais. O PPP, no caso concreto, não pode dar uma solução adequada a este jovem, visto que ele atualmente não se encontra numa situação de perigo.

#### **5.4 Harmonização do Processo Promoção e Proteção e Processo Tutelar Cível**

A medida de promoção e proteção pode ser encarada como uma etapa que só atinge a sua finalidade com a aplicação de providência tutelar cível ao caso concreto<sup>142</sup>.

##### **i) Instauração de providência tutelar cível no âmbito do Processo Promoção e Proteção**

É continua a avaliação sobre a necessidade de intervenção no âmbito do PPP, e vice-versa, ou seja, a necessidade de instauração de providência cível após o afastamento do perigo<sup>143</sup>. A instauração da providência cível pode ocorrer em todas as fases processuais. Este entendimento resulta dos artigos 106.º n.º 2 alínea a), 110.º n.º 1 alínea b), 112.º-A e 114.º n.º 1 da LPCJP.

Assim, podemos aferir que, em certos casos, as finalidades da medida de promoção e proteção só são alcançadas em plenitude com a aplicação de uma

---

<sup>142</sup> Helena Bolieiro e Paulo Guerra, *A criança e a família- Uma questão de Direito(s): Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e dos jovens*, pág.85.

<sup>143</sup> Julieta Monginho, “Compatibilidade entre Providência tutelares cíveis e Medidas de promoção e proteção”, pág.200.

providência tutelar cível adequada ao caso concreto<sup>144</sup>, como é espelhado no artigo 63.º n.º 1 alínea e) da LPCJP, prevendo que as providências cíveis que assegurem o afastamento do perigo são causa de cessação das medidas de promoção e proteção. Importa esclarecer que nem sempre é necessária a aplicação de uma providência tutelar cível, dado que, por vezes, a intervenção em sede de PPP é suficiente, acabando por afastar a situação de perigo sem ser necessária a providência tutelar cível. Por exemplo, quando é aplicada medida de promoção e proteção de apoio junto dos pais e a situação de perigo é afastada.

Resulta então do artigo 63.º n.º 1 alínea e), bem como do artigo 64.º n.º 2 da LPCJP que as medidas de promoção e proteção têm uma natureza cautelar e provisória, visto que ocorre a sua cessação aquando do proferimento da decisão no âmbito de um PTC que venha a assegurar o afastamento da situação de perigo.

Compete ao MP, como representante das crianças e jovens, propor as ações, requer as providências tutelar cíveis adequadas<sup>145</sup> e usar de quaisquer meios judiciais necessários à promoção e proteção das crianças e jovens em causa (cfr. artigo 72.º n.º 3 da LPCJP). No artigo 75.º b) da LPCJP, é reforçado pelo legislador o mesmo entendimento.

## **ii) Suspensão do Processo Tutelar Cível**

O MP pode solicitar a inibição total ou parcial do exercício das responsabilidades parentais quando qualquer progenitor infrinja culposamente os seus deveres para com os filhos e lhes cause graves prejuízos, ou quando não se mostre em condições de cumprir os seus deveres (cfr. artigo 52.º do RGPTC)<sup>146</sup>. Estando em curso uma

---

<sup>144</sup> Helena Bolieiro e Paulo Guerra, *A criança e a família- Uma questão de Direito(s): Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e dos jovens*, pág.85

<sup>145</sup> Cfr. Tomé d'Almeida Ramião, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, pág.175: “Ação de regulação do exercício das responsabilidades parentais, ou a sua alteração; instauração de tutela; ação de inibição do exercício das responsabilidades parentais; ação para confiança a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência; ação para fixação da prestação de alimentos, sua alteração ou incumprimento”.

<sup>146</sup> Cristina Dias, Margarida Santos e Rui do Carmo (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, pág.181.

medida de promoção e proteção de confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou de instituição com vista a adoção, constante do artigo 35.º n.º 1 g) da LPCJP, o pedido de inibição do exercício das responsabilidades parentais fica prejudicado até à decisão do PPP, quer isto dizer que o PTC fica suspenso até à decisão do PPP (cfr. artigo 53.º do RGPTC). Deste modo, se o PTC não suspendesse, seria inútil o seu prosseguimento, dado que, se o PPP concluir pela adoção, a inibição do exercício das responsabilidades parentais resulta como consequência desta decisão.

### **5.5 O papel do técnico gestor do processo**

Na instrução dos diferentes processos sobre a mesma criança ou jovem ou sobre as crianças ou jovens da mesma família, procura-se que haja apenas um gestor de processo, capaz de concentrar toda a informação, na sequência de uma adequada articulação<sup>147</sup>.

À luz do artigo 82.º-A da LPCJP, o Tribunal designa um técnico gestor por cada PPP, atuando como figura competente para mobilizar todos os meios e intervenientes, com vista a assegurar o acompanhamento adequado do processo e, ainda assim, prestar informação sobre a intervenção desenvolvida, ficando dotado de informação pormenorizada em relação ao caso concreto e, ainda, capacitado para identificar as necessidades em causa e garantir a harmonização da intervenção das entidades envolvidas.

Importa ressaltar que a falta de cooperação e de articulação entre as entidades disponíveis não poderá prejudicar a salvaguarda do superior interesse das crianças e jovens<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> Cfr. Proposta de Lei n.º 338/XII (4.ª).

<sup>148</sup> Chandra Gracias, “A visão e decisão integradas da situação da criança- A compatibilidade entre a tutela de proteção e a tutela educativa”, pág.184.



A intervenção do técnico gestor é também fundamental caso exista uma medida tutelar educativa em execução, antes do início desta ou caso seja aplicada posteriormente ao encerramento do PPP. Nesta sequência, o gestor do processo tem o papel fundamental de cooperar com a DGRSP, entidade que acompanha a execução da medida tutelar educativa (cfr. artigo 130.º da LTE), quer com os progenitores ou quem exerça as responsabilidades parentais.

Esta obrigação de colaboração com as entidades que acompanham e asseguram a execução da medida tutelar educativa resulta do exposto no artigo 22.º n.ºs 1 e 2 da LTE, reforçando a necessidade de conjugação de esforços prevista no n.º 2 do artigo referido.

## **5.6 Secretarias judiciais**

Para uma efetiva satisfação dos objetivos de uma boa administração da Justiça pelos Tribunais, a gestão eficiente dos recursos de que o sistema dispõe deve pressupor uma gestão do volume de trabalho diário prestado pela secção de processos e pelos próprios magistrados judiciais ou do MP.

Um dos maiores fatores de ineficiência na prática judiciária, constitui a prática de atos judiciais desnecessários e prejudiciais para o superior interesse da criança e jovem, que podem ser dispensados. Tendo em conta a elevada experiência profissional de todos os funcionários judiciais da secção de família e menores, é extremamente útil conferir-lhes a responsabilidade pela prática destes atos de simples gestão do processo, reservando posteriormente para o juiz a prática dos atos decisórios que se afigurem necessários.

Um dos atos que podem ser praticados pelas secretarias judiciais é a verificação da existência ou não de outros processos relativos à mesma criança ou jovem que possam vir a ser apensados. Estes atos de simples gestão facilitam a atuação do juiz, permitindo assim um maior conhecimento aquando da aplicação da medida e a

consequente harmonização de todas as medidas a que esta criança ou jovem está sujeito ou que poderá vir a estar.

Neste sentido, foi proferida em 2014, a seguinte orientação pelos Magistrados Judiciais do Juízo de Família e Menores do Barreiro:

“Aquando da conclusão para despacho liminar em todos os processos que possam justificar apensação, deverá a secção lavrar informação sobre a eventual pendência de outros processos que determinem a apensação nos termos dos artigos 154.º da Organização Tutelar de Menores e 81.º da LPCJP indicando, em caso afirmativo, a data de entrada em juízo de cada um desses processos, o estado dos mesmos e se estes abrangem outras crianças ou jovens.

Não existindo qualquer processo pendente, deverá ser assinalada na capa que foi realizada esta consulta<sup>149</sup>.”

---

<sup>149</sup> Provimento n.º 1/2014 -Juízo de família e menores do Barreiro.

## **Conclusão**

No 1.º Capítulo foram expostas as atividades desenvolvidas no decurso do estágio e as motivações para a escolha do tema.

O 2.º capítulo foi dedicado à análise da evolução da representação de “menor culpado” e do “menor vítima” para a realidade da justiça “amiga” das crianças e jovens, num segundo momento foi feito um enquadramento temático das leis em análise.

Do referido capítulo podemos retirar as seguintes conclusões:

1. A adoção de um sistema de justiça “amiga” surgiu na sequência de algumas decisões do TEDH que condenaram alguns Estados-Parte da CEDH por violação do direito a um processo equitativo. Nesta sequência surgiram várias recomendações com vista a regular o envolvimento das crianças em processos judiciais.
2. O Estado Português reforçou o compromisso de que as medidas judiciais que envolvam crianças ou jovens são cumpridas na efetivação dos Direitos da Criança.
3. Esta nova realidade judicial introduziu a necessidade de articulação de todos os intervenientes no processo referente à criança ou jovem, visando a sua proteção global.
4. A abordagem das crianças e jovens como sujeitos processuais é visível na LTE, LPCJP e RGPTC.

No âmbito do enquadramento temático concluímos que:

1. A LPCJP é caracterizada por um modelo de atuação que responsabiliza a sociedade civil que, em conjunto com as entidades estatais, deverá contribuir para a promoção e proteção. O PPP tem como finalidade concreta a intervenção junto das crianças e jovens, em situação de perigo, removendo-o, proporcionando condições.

2. A LTE é aplicada nos casos em que uma criança ou jovem, entre os 12 e 16 anos, entra em rutura com o mínimo ético e social em que assenta a vida em sociedade, ofendendo bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal. Difere da maioria dos sistemas juvenis, ao dar menos importância ao facto praticado do que à necessidade de educação para o direito.
3. O RGPTC manteve as linhas gerais da OTM, prevendo apenas algumas inovações quanto aos princípios orientadores e tramitação dos processos. Com o RGPTC o legislador visou criar regras comuns na tramitação e introduzir maior celeridade, refletindo o cuidado do legislador em evitar a delonga da marcha processual que não se compadece com o superior interesse da criança.

No 3.º capítulo estudámos os vários mecanismos processuais de articulação, importa relembrar as várias ideias chave.

1. O pretendido neste capítulo foi a demonstração de que o sucesso da intervenção, depende de um grau de íntima ligação dos procedimentos e dos instrumentos, visando alcançar a visão unitária da criança e jovem.
2. No entanto, conseguimos verificar que, para além destes mecanismos, o sistema de justiça das crianças e jovens pressupõe a existência de diversas entidades relevantes, necessitando assim de um sistema de comunicações adequado, com vista a facilitar a harmonização das atuações das mesmas e evitar decisões conflitantes.
3. Considerou-se, como na generalidade da doutrina, que o MP, atuando como interlocutor nos processos, deve zelar pelo cumprimento de todas as regras tendentes à boa harmonização das decisões proferidas no âmbito dos processos relativos às crianças ou jovens. Assim, o MP tem como função garantir a articulação com as CPCJ e DGRSP e, de igual modo, com a sua intervenção própria nos processos judiciais.
4. No que toca às restantes entidades referidas (as CPCJ, a DGRSP, os OPC e as entidades com competência em matéria de infância e juventude) foi reforçado que estas desempenham um papel fulcral para o correto funcionamento do

sistema, devendo tomar as providências adequadas à situação concreta, dada a frequência de contacto com as crianças e jovens no contexto de vida. Resulta, deste modo, a necessidade, principalmente em relação às entidades com competência em matéria de infância e juventude e aos OPC, de conhecerem a legislação referente às crianças e jovens, devendo adotar um papel mais assertivo na prevenção e deteção das situações em estudo, assumindo um papel de informador e facilitador da autoridade judiciária.

5. Para ser possível uma ação multidimensional, um dos pilares indispensáveis para um sistema articulado é a obrigatoriedade de comunicações e atuações tendo por base o princípio da subsidiariedade. Os diplomas em estudo vieram estabelecer um conjunto de comunicações obrigatórias para as diversas entidades que intervém no processo. Os processos relativos às crianças ou jovens não são compatíveis com comunicações tardias ou falta destas.
6. Desde logo, todos os instrumentos analisados preveem um conhecimento amplo da situação concreta da criança ou jovem. O legislador, neste sentido, veio estabelecer um princípio da harmonização e conjugação das decisões, com o principal objetivo de evitar que as mesmas sejam discordantes ou conflitantes. Podemos então concluir que, existindo PPP e PTC, as respetivas decisões deverão conjugar-se de acordo com o superior interesse da criança, e estas, por sua vez, no caso de também existir PTE, terão necessariamente que se conjugar com a decisão tomada no âmbito deste último processo. Estabeleceu-se ainda o princípio do processo único, de acordo com o qual deverá organizar-se um único processo em relação à mesma criança ou jovem. Este princípio é uma decorrência das finalidades e dos critérios de escolha e determinação das medidas que terão de ser adequadas e suficientes.
7. O regime de apensação e conexão contemplado na lei traduz a necessidade de articulação dos vários processos decisórios, com vista a uma aplicação harmonizada tendo em conta as problemáticas subjacentes ao caso em concreto. Esta harmonização tem como pilar fundamental o respeito pelo superior interesse da criança e do jovem, como sujeito individual e autónomo,

titular de direitos e deveres. Considerámos que a apensação permite que o juiz conheça todos os processos que tenham ligação, desde que seja justificável a sua apensação. Importa referir que não deve ocorrer a apensação de PTE em fase de inquérito, dado que não se trata aí ainda verdadeiramente de um processo instaurado, podendo vir a ser arquivado liminarmente (cfr. artigo 78.º LTE) e não chegando a ser apreciado pelo juiz. No caso de terem sido instaurados processos distintos, estes deverão ser apensados ao instaurado em primeiro lugar, competindo a decisão ao juiz titular do primeiro processo, desde que na mesma fase processual. A apensação ao processo instaurado em primeiro lugar veio deferir a competência para deles conhecer ao juiz desse processo, prejudicando as regras de competência territorial.

8. Defendemos que reunir num só processo e perante o mesmo Tribunal ou juiz todos os processos pendentes relativos à mesma criança ou jovem justifica-se não só, ou não tanto, por razões de economia processual, mas sobretudo por exigência dos princípios do superior interesse da criança ou jovem e da atualidade e proporcionalidade da intervenção, os quais impõem a apreciação em conjunto e de forma harmonizada e atualizada de todas as situações que justificaram a sua instauração. É neste sentido que a apensação se configura como um ato aglutinador de processos pendentes, de modo a justificar um desvio às regras de competência territorial e/ou da distribuição entre juízes do mesmo Tribunal<sup>150</sup>. Já uma eventual necessidade e/ou utilidade para a decisão de elementos já existentes em processos findos carece sempre de uma pré-avaliação do seu conteúdo, não se assumindo com o mesmo cariz automático e necessário como ocorre entre processos pendentes<sup>151</sup>. De facto, relativamente aos processos findos não ocorrem as mesmas razões de utilidade e necessidade que justificam o desvio das regras de competência e de distribuição dos processos<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> Cfr. Ac. TRP de 18/02/2013, proc. n.º 2724/12.0TBPVZ-A. P1, Relator Manuel Domingos Fernandes.

<sup>151</sup> Ibid.

<sup>152</sup> Vide Ac. TRP de 18/06/2008 proc. n.º 0821954, Relator Guerra Banha; Ac. TRP de 18/02/2013, proc. n.º 2724/12.0TBPVZ-A. P1, Relator Manuel Domingos Fernandes, Ac. do TRL, de 11/10/2012, proc. n.º

9. Relativamente à competência territorial, referiu-se que a LPCJP, a LTE e o RGPTC consagram como regra geral o critério da residência da criança no momento da instauração do processo. A fixação através deste critério deve-se à necessidade, por parte da CPCJ ou do Tribunal, de conhecerem a situação concreta da criança ou jovem e a realidade em que se insere e evitar que os mesmos sejam retirados do seu meio por força do PTE.
10. Já a atribuição de competência por conexão constitui uma exceção à regra geral da competência territorial. A relação entre a competência territorial e competência por conexão é geradora de conflitos, cuja resolução importa desencadear. A fixação de um Tribunal para toda a infância e juventude, na nossa opinião, propicia a criação de conflitos de competência entre os Tribunais da anterior e da atual residência da criança ou jovem, causando prejuízo para o superior interesse deste, não sendo de todo essa a intenção do legislador. A proximidade da intervenção é privilegiada especialmente nos PPP e PTE, dado a participação de várias entidades da área de residência da criança. Soluções contrárias a esta intervenção constituem uma resposta inadequada, dado o afastamento da criança ou jovem em relação ao Tribunal que irá apreciar a situação concreta.

No 4.º capítulo realizámos uma análise comparativa dos mecanismos processuais de articulação, concluímos que:

1. À luz da análise do ordenamento jurídico Espanhol e Brasileiro consideramos que é elemento comum a todas as ordens jurídicas analisadas a existência da atribuição de competência por conexão. O predomínio da competência por conexão revela um âmbito mais restrito no ordenamento Brasileiro do que no nosso ordenamento jurídico.

---

11288/06.3TMSNT-B. L1.8, Relator Isoleta Almeida Costa e Ac. do TRP, de 23/09/2008, proc. n.º 0824978, Relator Marques de Castilho.

2. Relativamente à atribuição de competência em função da residência, todos os ordenamentos em estudo têm regras idênticas.
3. Em relação à conjugação de decisões, este princípio apenas vigora nos ordenamentos Brasileiro e Português, de onde resulta a ideia de julgamento conjunto dos processos que possam gerar decisões discordantes ou conflitantes.
4. Em sentido contrário do nosso ordenamento, em nenhuma das ordens jurídicas objeto da análise comparativa, é apresentado o método da apensação de processos.

Por fim, no 5.º capítulo analisou-se a importância da harmonização e compatibilização de medidas, através do estudo de alguns exemplos práticos. Importa reter as seguintes conclusões:

1. Exige-se a concordância de decisões para que a intervenção seja coerente, visto serem comuns situações em que a mesma criança ou jovem está sujeito a PPP, PTC e PTE, em simultâneo.
2. Defendemos que, com o início da execução da medida tutelar educativa de internamento, é impossível a manutenção da medida de acolhimento residencial, devendo ocorrer a suspensão da instância<sup>153</sup> (cfr. artigo 276.º n. 1 alínea c) CPC) da medida de acolhimento residencial, durante a execução da medida de internamento educativo, contrariamente à cessação da medida de promoção e proteção. Finda a execução da medida de internamento e salvo a ocorrência de outros factos, o MP deverá pronunciar-se sobre a necessidade de ser retomada a medida de acolhimento residencial.
3. A prevalência da medida tutelar educativa em caso de múltiplas intervenções não é a única hipótese prática para a harmonização e

---

<sup>153</sup> Júlio Barbosa e Silva, *Lei Tutelar Educativa Comentada- No âmbito das principais orientações internacionais da jurisprudência nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, pág.149.



compatibilização de todas as decisões. São também apresentadas outras soluções nos artigos 158.º-A e 158.º-B LTE. No caso da supervisão intensiva, esta consiste na introdução de um período de supervisão no termo da medida de internamento, com o objetivo de avaliar ainda em sede tutelar educativa, a eficácia da medida institucional<sup>154</sup> e apoiar a transição da criança e jovem para a vida em comunidade. O período de supervisão intensiva é da responsabilidade da DGRSP. A medida de acompanhamento pós-internamento corresponde a um mecanismo para assegurar a transição correta da criança ou jovem para o seu meio natural de vida. Este mecanismo traduz-se numa alteração justificada pela insuficiência de articulação entre a intervenção tutelar educativa e a intervenção protetiva, sendo as condições de reintegração avaliadas pela DGRSP, que proporá à CPCJ a instauração de um PPP, dando disso conhecimento ao MP<sup>155</sup>. A instauração de PPP ou a comunicação ao processo já existente pela DGRSP só deverá ocorrer se se verificar uma situação de perigo, nos termos do artigo 3.º n.º 2 LPCJP.

4. Em caso de arquivamento do PTE, o MP encaminha a criança ou jovem para a instância de proteção, caso exista uma situação de perigo.
5. O mecanismo de aplicação provisória de medidas de proteção no PTE, em caso de urgência, onde afirmámos que tem tido pouca utilização na prática judiciária<sup>156</sup>. Isto porque o MP entende que a solução atingida com o PPP (cfr. artigo 37.º LPCJP), permite atingir de forma mais eficaz o fim da proteção imediata.
6. A medida cautelar de guarda do menor em instituição pública ou privada, contemplada no artigo 57.º b) LTE, consiste na confiança do menor a uma instituição diversa do Centro Educativo. Esta medida é de rara aplicação

---

<sup>154</sup> António José Fialho, “A Primeira Revisão Tutelar Educativa”, pág.253.

<sup>155</sup> Amélia Sineiro Andrade e Margarida Santos, “A Lei n.º4/2015, de 15/1, e as alterações introduzidas na Lei Tutelar Educativa- uma primeira leitura”, pág. 346.

<sup>156</sup> Helena Bolieiro, “Perigo e Delinquência: intervenção precoce e articulação entre sistemas”, pág. 83.

pela inexistência de instituições públicas ou privadas que acautelem as finalidades prosseguidas.

7. Em relação à harmonização do PTC e PPP, a medida de promoção e proteção pode ser encarada como uma etapa que só atinge a sua finalidade com a aplicação de providência tutelar cível. Assim podemos aferir que, em certos casos, as finalidades da medida de promoção e proteção só são alcançadas em plenitude com a aplicação de uma providência tutelar cível adequada ao caso concreto<sup>157</sup>, como é espelhado no artigo 63.º n.º 1 alínea e) LPCJP, prevendo que as providências cíveis que assegurem o afastamento do perigo são causa de cessação das medidas de promoção e proteção. Nem sempre é necessária a aplicação de uma providência tutelar cível, dado que, por vezes, a intervenção em sede de PPP é suficiente, acabando por afastar a situação de perigo sem ser necessária a providência tutelar cível. Por exemplo, quando é aplicada medida de promoção e proteção de apoio junto dos pais e a situação de perigo é afastada.
8. Em certos casos, as finalidades das medidas de promoção e proteção só são alcançadas em plenitude com a aplicação de uma providência tutelar cível. Importa esclarecer que esta atuação nem sempre é necessária dado que, por vezes, a intervenção em sede de PPP é suficiente para afastar a situação de perigo.
9. Nos termos do artigo 82.º-A LPCJP, o Tribunal designa um técnico gestor por cada PPP, o qual atuará como figura competente para mobilizar todos os meios e intervenientes no processo, com vista a assegurar o acompanhamento adequado deste e prestar informação sobre a intervenção desenvolvida.
10. Em síntese, com base no estudo, entendemos que para uma efetiva satisfação do superior interesse da criança ou jovem, é necessária uma gestão eficiente das intervenções, evitando a prática de atos desnecessários

---

<sup>157</sup> Helena Bolieiro e Paulo Guerra, *A criança e a família- Uma questão de Direito(s): Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e dos jovens*, pág.85

ou contraditórios. Ressalva-se que a falta de cooperação e de articulação entre as entidades competentes não poderá prejudicar a salvaguarda do superior interesse das crianças e jovens<sup>158</sup>. No momento da tomada de decisão deverá ser tida em conta toda a informação relevante recolhida pelas entidades e só através desta será possível aplicar a medida adequada. Caso exista outra medida aplicada, numa situação de conflito inultrapassável, deverá sempre prevalecer a realização da finalidade mais imediata. Este critério não é totalmente aceite, sendo apresentadas duas opiniões distintas aquando da multiplicidade de intervenções, a primeira é que deverá prevalecer sempre a que melhor salvguarde o superior interesse da criança e a segunda é que deverá prevalecer a medida tutelar educativa, ou seja, a medida com a finalidade mais imediata. Importa explicar o raciocínio desenvolvido. O artigo 3.º da CDC divide-se em dois critérios, o critério orientador das decisões judiciais e o critério orientador das políticas dos Estados-Membros. Resulta desta norma que todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse e que o Estado deve garantir à criança ou jovem os cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela, não tenham capacidade para o fazer. Por um lado, o superior interesse da criança é um princípio orientador da intervenção no sistema de justiça juvenil, por outro, resulta da lei que todas as medidas aplicadas deverão articular-se com a medida tutelar educativa. No nosso entender, o legislador através deste critério pretendeu dar prevalência à finalidade imediata da medida tutelar educativa, considerando o superior interesse da criança como um critério orientador do sistema de justiça juvenil, nos termos do artigo 3.º CDC, mas que o pretendido por este foi atribuir um *prius* metodológico ao PTE face aos outros processos, tendo como ideia base, que uma criança ou jovem de bem com o direito mais facilmente se

---

<sup>158</sup> Chandra Gracias, “A visão e decisão integradas da situação da criança- A compatibilidade entre a tutela de proteção e a tutela educativa”, pág.184.

desvia de uma situação de perigo. Em suma, acreditamos que deverá sempre prevalecer o PTE dado a sua finalidade imediata, como consagrado na lei, acabando pela defesa do superior interesse, como princípio da intervenção, por estar sempre inerente em todas as decisões. Procurámos demonstrar que a cultura da harmonização já tem revelado alguns progressos, mas ainda claramente insuficiente em vários domínios. Concluímos referindo que ainda são constantes as falhas no funcionamento articulado do sistema, muitas das vezes demonstrado através da tomada de decisões prematuras e através da falta de articulação/comunicação entre as entidades envolvidas. É necessária a consciencialização para a necessidade de harmonização das decisões e para a correta atuação de todos os intervenientes processuais, e, só assim conseguiremos atingir o verdadeiramente pretendido pelo sistema de justiça “amiga” das crianças.

## Referências

### Artigos

- ANDRADE Amélia Sineiro e SANTOS Margarida, “A Lei n.º4/2015, de 15/1, e as alterações introduzidas na Lei Tutelar Educativa- uma primeira leitura”, *Scientia Iuridica*, n.º339, 2015.
- BOLIEIRO Helena, “Perigo e Delinquência: intervenção precoce e articulação entre sistemas”, *Ousar Integrar- Revista de reinserção social*, n.º7, 2010.
- CALVO Teresa Vicente, “La nueva regulación de la guarda y de las situaciones de riesgo tras la modificación de la LO 1/1996. Artículo 22 quáter LOPJM. Otros temas”, Madrid, Centro de Estudios Jurídicos, 2016, disponível em [https://www.fiscal.es/fiscal/PA\\_WebApp\\_SGNTJ\\_NFIS/descarga/Ponencia%20%20Vicente%20Calvo%20%20M.%20Teresa.pdf?idFile=9f921691-5e18-4391-9ff4-e23c1b4df1b3](https://www.fiscal.es/fiscal/PA_WebApp_SGNTJ_NFIS/descarga/Ponencia%20%20Vicente%20Calvo%20%20M.%20Teresa.pdf?idFile=9f921691-5e18-4391-9ff4-e23c1b4df1b3), consultado a 30/12/2018.
- CARVALHO Maria João Leote de, “Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do “menor” à “justiça amiga das crianças”, *Configurações*, n.º20, 2017.
- CARVALHO Maria João Leote de, “Dinâmicas e desafios na aplicação da medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo em Portugal”, *CesContexto*, n.º19, 2017.
- CARVALHO Maria João Leote de e CRUZ Hugo, “Transições juvenis num contexto de (pós-) acolhimento” in *Transições- Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- CARVALHO Maria João Leote de “La intervención com menores en desprotección y conflicto com la ley- Portugal” in *La intervención comparada con menores en desprotección y en conflicto con la ley en diferentes países*,

Madrid, Dykinson, S.L., 2016, pág. 284, disponível em <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1k85bs0>, consultado a 21/12/2018.

- CONFRARIA Isabel e SILVA Júlio Barbosa e, "Desafios para o Ministério Público No âmbito do Regime Geral do Processo Tutelar Cível e alterações à Lei de Promoção e Proteção de Jovens em Perigo", Revista do CEJ n.º2, 2.º semestre, 2015.
- DUARTE João Manuel Pereira, "A intervenção da polícia no procedimento de urgência e na informação tutelar educativa", Revista Data Venia, n.º1, ano 1, 2012.
- FARIA Elaine Marinho e CASTRO Maria Amélia da Silva, "Maioridade Penal no Brasil e na Espanha: Um Estudo Comparativo", E-legis, 2011.
- FIALHO Anabela Raimundo e FELGUEIRAS Belmira Raposo, "A intervenção protetiva e a intervenção tutelar- caminhos que se cruzam", Revista Julgar n.º24, 2014.
- FIALHO António José, "A Primeira Revisão Tutelar Educativa" *in I Congresso de Direito da Família e das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2016.
- FIALHO António José, "A apensação de ações e harmonização de decisões", cedido pelo autor.
- GERSÃO Eliana e CAMPOS Maria Cecília Monteiro, "A Justiça reparadora e a lei tutelar educativa: princípios e práticas" *in Volume Comemorativo dos 10 anos do Curso de Pós-Graduação "Proteção de menores- Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho"*, n.º12, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.
- GIL Ana Rita, "Child Friendly Justice- Orientações Europeias para uma mudança de paradigma", Revista LusoBrasileira de Alienação Parental, n.º 10, 2017.
- GRACIAS Chandra, "A visão e decisão integradas da situação da criança- A compatibilidade entre a tutela de proteção e a tutela educativa", Revista do CEJ n.º2, 2.º semestre, 2017.

- GUERRA Paulo, “A Lei Tutelar Educativa- Para onde Vais?”, Revista Julgar n.º11,2010.
- LEANDRO Armando, “O papel do sistema de promoção e proteção das crianças em Portugal- o definitivo balanço de 14 anos de vigência” in *I Congresso de Direito da Família e das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2016.
- MARTINS Cláudia Sofia Antunes , “Os sistemas legais Português e Espanhol de proteção da infância e juventude: Notas comuns e dissonantes e análise crítica”, Revista Lex Familiae, nº23 a 26, ano 12 e 13, 2015-2016.
- MONGINHO Julieta, “Compatibilidade entre Providência tutelares cíveis e Medidas de promoção e proteção”, Revista do CEJ n.º2, 2.º semestre, 2017.
- PIRES Maria Helena Cunha, “Caso 4” in *7.ª e 8.ª Bienais de Jurisprudência de Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra, Petrony, 2018.
- SALVATERRA Maria, “Perturbações do comportamento, funcionamento familiar e práticas educativas parentais em jovens delinquentes”, Ousar Integrar- Revista de reinserção social, n.º10, 2011.
- SANTOS Boaventura de Sousa (dir. cient.), “Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa”, CES/OPJ, 2004.
- SUSANO Helena, “A Dinâmica do processo na Lei Tutelar Educativa- Contributo para a resolução de questões jurisprudenciais suscitadas na sua aplicação” Revista Julgar n.º11,2010.
- TEIXEIRA Maria Edna, “Criança e Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos”, 2010, disponível em. <http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/4CRIANDIREITOS.pdf>., consultado a 05/01/2019.
- VIDAL Joana Marques, “Processos Tutelares: Que articulação?” in *Direito Tutelar de Menores: O sistema em mudança*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

## Monografia

- ALMEIDA Carlos Ferreira de e CARVALHO Jorge Morais, *Introdução ao Direito Comparado*, 3.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Almedina, 2015.
- BOLIEIRO Helena e GUERRA Paulo, *A criança e a família- Uma questão de Direito(s): Visão prática dos principais institutos do direito da família e das crianças e dos jovens*, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.
- BORGES Beatriz Marques, *Proteção de Crianças e Jovens em Perigo comentários e anotações à Lei n.º147/99 de 1 de Setembro*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, 2011.
- CALMON Rafael, *Direito das Famílias e Processo Civil: Interação, técnicas e procedimentos sob o enfoque do novo CPC*, São Paulo, Saraiva, 2017.
- DIAS Cristina, SANTOS Margarida e CARMO Rui do (Coord.), *A Lei Tutelar Educativa Anotada*, Coimbra, Almedina, 2018.
- ELIAS Roberto João, *Comentários ao estatuto da Criança e do Adolescente*, São Paulo, Saraiva, 1994.
- JOANINHO Marta de Jesus, *Intervenção Social com Crianças e Jovens em Perigo* (tese de mestrado), Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga, 2010, disponível em <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/163/1/Mestrado%20em%20Servi%C3%A7o%20Social%20Marta%20Joaninho%202010.pdf>, consultado a 17/01/2019.
- JR Fredie Didier., *Curso de Direito Processual Civil*, 14.<sup>a</sup> edição, volume I, Salvador, JusPodium, 2012.
- MARINONI Luiz Guilherme e MITIDIERO Daniel, *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*, São Paulo, RT, 2008.
- MASSENA Ana, *Família e Crianças: As novas Leis - Resolução de questões práticas*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2017, disponível em



[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb\\_familia\\_crianças\\_as\\_novas\\_leis\\_resolucao\\_questoes\\_praticas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_familia_crianças_as_novas_leis_resolucao_questoes_praticas.pdf), consultado a 03/01/2019.

- NETO Olavo de Oliveira, *Conexão por prejudicialidade*, São Paulo, RT, 1994.
- NEVES Daniel, *Manual de Direito Processual Civil*, São Paulo, Método, 2009.
- OLIVEIRA Ana Carolina Bucete, *O problema da idade da imputabilidade penal* (tese de mestrado), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34666/1/O%20Problema%20da%20Idade%20da%20Imputabilidade%20Penal.pdf>, consultado a 20/01/2019.
- PITÃO José França e PITÃO Gustavo França, *Processo Tutelar cível Anotado*, Funchal, Codexnet, 2016.
- RAMIÃO Tomé d'Almeida, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada*, 8.ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2017.
- RAMIÃO Tomé d'Almeida, *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado e Comentado*, 2ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2017.
- RODRIGUES Clara R. d'Almeida, *A mão de Deus. A proteção de crianças em perigo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo* (tese mestrado), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010, disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3028>, consultado a 15/01/2019.
- SILVA Júlio Barbosa e, *Lei Tutelar Educativa Comentada- No âmbito das principais orientações internacionais da jurisprudência nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, Coimbra, Almedina, 2013.

## **Jurisprudência**

(Disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt/>)

### **STJ**

- Ac. STJ, de 11/06/2002 proc. n.º 02B1357, Relator Quirino Soares

### **TRL**

- Ac. TRL de 12/01/2017, proc. n.º 1204/09.6TMLSB-O.L1, Relator Ondina Carmo Alves
- Ac. do TRL, de 11/10/2012, proc. n.º 11288/06.3TMSNT-B.L1.8, Relator Isoleta Almeida Costa
- Ac. TRL de 29/09/2009, proc. n.º 1667/09.0YRLSB-7, Relator Roque Nogueira

### **TRP**

- Ac. TRP de 18/06/2008, proc. n.º 0821954, Relator Guerra Banha
- Ac. do TRP, de 23/09/2008, proc. n.º 0824978, Relator Marques de Castilho
- Ac. TRP de 18/02/2013, proc. n.º 2724/12.0TBPVZ-A.P1, Relator Manuel Domingos Fernandes
- Ac. TRP de 24/01/2012, proc. n.º 0132128, Relator Coelho da Rocha

### **TRG**

- Ac. TRG de 31/01/2013, proc. n.º 3281/12.1TBGMR-B.G1, Relator Maria Luísa Ramos
- Ac. TRG de 13/01/2011, proc. n.º 3357/10.1TBVCT-A.G1, Relator Canelas Brás
- Ac. TRG de 06/10/2011, proc. n.º 1138/09.4TBGMR-B.G1, Relator Manuel Bargado

## TRE

- Ac. TRE de 16/06/2016, proc. n.º 390/10.7TBCCH-D.E1, Relator Conceição Ferreira
- Ac. TRE de 07/06/2017, proc. n.º 181/05.7TMSTB-D.E1, Relator Tomé de Carvalho

## TRC

- Ac. TRC de 16/11/2004, proc. n.º 1606/04, Relator Jorge Arcanjo
- Ac. TRC de 28/05/2002, proc. n.º 189/2002, Relator Serra Baptista

## Outros Documentos

- *4º Encontro de Magistrados da Jurisdição de Família e Menores do Distrito de Lisboa*, organizado pela Procuradoria-Geral Distrital, Dezembro 2010, disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc\\_mostra\\_doc.php?nid=192&doc=files/doc\\_0192.html](http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc_mostra_doc.php?nid=192&doc=files/doc_0192.html), consultado a 18/11/2018.
- Decisão proferida no PA n.º 13/06 da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, disponível em <http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/ITE%20PA%2013%2006.pdf>, consultado a 02/01/2019.
- Circular n.º 3/2006 PGR, disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/iframe/circulares>, consultado a 15/11/2018.
- PGD do Porto Entidades competência infância e juventude, disponível em <https://www.pgporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=14&subCtxId=22&faqId=796&show=&offset=>, consultado a 18/11/2018.

- Diretiva conjunta CNPCJR e PGR de 23/6/2009, disponível em <http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/Directiva%20Conjunta%20PGR%20CNPJR.pdf> consultado a 11/11/2018.
- CPCJ Vendas Novas “A Escola e a CPCJ na promoção e proteção dos Direitos das Crianças”, disponível em [http://www.aevn.pt/docs/CPCJ/Escola\\_CPCJ.pdf](http://www.aevn.pt/docs/CPCJ/Escola_CPCJ.pdf), consultado a 15/11/2018.
- Provimento n.º 1/2014 juízo de família e menores do Barreiro (cedido).

## **Legislação Consultada**

### **Portugal**

- Proposta de Lei n.º 338/XII (4.ª);
- Proposta de Lei n.º 339/XII (4.ª);
- Proposta de Lei n.º 266/VII;
- Portaria n.º 118/2013, de 25 de março;
- Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro;
- Lei n.º 147/99, de 01 de setembro;
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro;
- Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto;
- Lei n.º 141/2015, de 08 de setembro;
- Constituição da República Portuguesa;
- Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro;
- Lei n.º 41/2013, de 26 de junho;
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março;
- Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro.

## **Brasil**

- Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal de 1988);
- Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015.

## **Espanha**

- Ley Orgánica 1/1996, de 15 de enero;
- Ley Orgánica 5/2000, de 12 de enero.

## **Instrumentos Internacionais**

- Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Convenção Europeia dos Direitos do Homem;
- Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade;
- Diretiva (UE) 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal;
- As regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), adotadas pela Resolução 40/33 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 29 de novembro de 1985;
- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, conhecidos por Princípios de Riade, pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução n.º 45/112, de 14 de dezembro de 1990;
- O comentário geral n.º 10/2007 do Comité dos Direitos da Criança, de 25 de abril de 2007;

- A recomendação 87/20 sobre as reações sociais à delinquência juvenil, adotada em 17 de setembro de 1987;
- A recomendação 2000/20 sobre o papel da intervenção psicossocial na prevenção dos comportamentos criminais, adotada em 6 de outubro de 2000;
- A recomendação 2003/20 sobre as novas formas de abordagem da delinquência juvenil e sobre o papel da justiça juvenil, adotada em setembro de 2003;
- A recomendação 2008/11 sobre as regras europeias para os jovens delinquentes sujeitos a sanções ou medidas, adotada em 5 de novembro de 2008;
- Parecer do Comité Económico e Social Europeu de 15 de março de 2006 sobre “A prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na União Europeia”
- A resolução do Parlamento Europeu de 21 de junho de 2007 sobre a delinquência juvenil, o papel da mulher, da família e da sociedade.